



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Telmário Mota) - Declaro iniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da pauta.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 7 e 8 dezembro de 2016, por ter sido distribuída antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

De acordo com o Item 7 do Acordo de Procedimentos, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião e enviados por *e-mail* aos membros e às lideranças partidárias.

Com o propósito de que o quórum se estabeleça, suspendo a presente reunião por meia hora.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Telmário Mota) - Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Medida Provisória.

Item 1. Relatório que apresenta o projeto de decreto legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 743/2016 — do Poder Executivo —, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$789.947.44,00, para o fim que especifica”, nos termos do disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.



O Relator é o Deputado Rubens Pereira Júnior, mas, como S.Exa. está ausente, indicamos o Deputado Assis Carvalho como Relator *ad hoc*, que lerá o relatório da medida provisória.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, vou direto ao voto.

“Cabe ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 62, § 3º, da Constituição Federal, disciplinar, por meio de decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes do período de vigência da Medida Provisória nº 743, de 2016.

O art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, determina o seguinte:

*Art. 11. Finalizado o prazo de vigência da Medida Provisória, inclusive o seu prazo de prorrogação, sem a conclusão da votação pelas duas Casas do Congresso Nacional, ou aprovado projeto de lei de conversão com redação diferente da proposta pela Comissão Mista em seu parecer, ou ainda se a Medida Provisória for rejeitada, a Comissão Mista reunir-se-á para elaborar projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da vigência de Medida Provisória.*

Sendo assim, diante de designação do nobre Deputado Arthur Lira, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, submeto à apreciação desta Comissão o projeto de decreto legislativo decorrente da Medida Provisória nº 743, de 29 de julho de 2016. Na proposição está contemplada a convalidação dos atos praticados sob o amparo da referida medida provisória, bem assim as relações jurídicas dela decorrentes, preservando-se a execução das despesas já iniciadas, tomando-se por marco referencial os empenhos já emitidos.

Ressalte-se que os termos do referido projeto de decreto legislativo encontram respaldo nos dispositivos constitucionais e legais que regem a matéria, sendo nosso voto, portanto, pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Telmário Mota) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

O relatório está em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.



Em votação no Senado Federal. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido para presidir esta reunião o Senador Flexa Ribeiro.

(*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Flexa Ribeiro) - Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório nº 3 da CAE/CMO — do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) —, quanto ao exame de admissibilidade das emendas da Relatoria-Geral apresentadas ao Projeto de Lei nº 18, de 2016, do Congresso Nacional.

Projeto de Lei Orçamentária para 2017.

Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE; Coordenador do CAE: Deputado Vicentinho Júnior, do PR de Tocantins.

“Voto.

(...) que todas as emendas apresentadas pelo Relator-Geral sejam consideradas admitidas.”

O Coordenador do CAE está com a palavra para a leitura do relatório.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR** - Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, tendo...

**O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA** - Sr. Coordenador, eu queria saber em que momento eu poderia apresentar aqui um destaque para uma emenda de redação.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR** - Eu entendo que seria na Comissão, na Secretaria, Senador.

**O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA** - Já apresentei, está protocolado. Eu apenas gostaria de submeter aqui à apreciação, conforme a indicação do Relator.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR** - É uma emenda de texto da Senadora Lúcia Vânia.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Flexa Ribeiro) - Senador Fernando Bezerra, após o Relator apresentar o seu parecer, nós abriremos a discussão, quando V.Exa. poderá pedir destaque à emenda.

**O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA** - Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR** - É uma emenda de texto, bem simples. Eu acho que não haverá dificuldade de aprovação.

Mas, Sr. Presidente, colegas Deputados Federais e Senadores, eu queria dizer que, durante esse tempo curto, mas muito ativo, aqui na nossa CMO, honrou-me muito poder estar à frente deste Comitê e poder colaborar com esta Comissão, com este Parlamento e com o nosso País.

Analisando as emendas que foram apresentadas pelo nosso Senador Relator, Senador Eduardo Braga — foram 204 emendas apresentadas, na grande maioria para a correção de erros, ou omissões, ou troca de fontes —, quero dizer que vou direto ao voto, se me permitem, porque, depois que o Comitê analisou todas as 204 emendas, Senador, decidimos pelo voto.

“Voto.

Diante do exposto, propomos que todas as emendas apresentadas pelo Relator-Geral sejam consideradas admitidas, respeitando todos os parâmetros legais, legislativos, aqui desta Comissão deste Congresso Nacional.”

Eu quero parabenizar o Senador Eduardo Braga pelo exímio trabalho, pelo carinho que teve com os Estados, com as bancadas, respeitando o momento orçamentário, financeiro e econômico que vive o País, e atendendo, na sua grande maioria, todas as demandas classistas da comunidade brasileira.

Senador Eduardo Braga, parabéns pelo belíssimo trabalho que V.Exa. apresentou! (*Palmas.*)

Sr. Presidente, este é nosso voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Flexa Ribeiro) - O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-lo, em votação...

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, sou eu, Deputado Ademir Camilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Flexa Ribeiro) - Pois não, Deputado Ademir Camilo.

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Nós estamos com um problema no sistema para fazer um destaque em relação a esta Comissão de Orçamento. No sistema, foi cadastrado um parecer errado.



Para que haja tempo necessário, e somente em relação ao destaque da Comissão de Orçamento, solicito a V.Exa. que não encerre o prazo, para que possamos apresentar esse destaque, em relação à Comissão de Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Flexa Ribeiro) - Não é sobre o relatório do Deputado Vicentinho Júnior, do CAE?

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Flexa Ribeiro) - Então, não há problema. V.Exa. pode apresentar o destaque à mão mesmo, que acolhemos o destaque de V.Exa.

Não havendo mais quem queira...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Flexa Ribeiro) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Embora também não seja na pauta específica do relatório em si, mas é porque nós estamos aqui fazendo ainda alguns ajustes. Logo depois, acredito, vamos discutir o relatório do Relator-Geral. Estamos procurando aqui, por acordo, considerando o prazo que estabelece o art. 128 da Resolução, a última modificação foi feita no dia 12, às 13h06m, então nós teríamos até às 13h06m para cumprir o prazo regimental. Como temos feito um trabalho muito de acordo aqui para fazer o trabalho avançar, e para que possamos ter tempo suficiente para fazer as discussões internas que não conseguimos concluir ainda, pelos problemas que surgiram, eu queria propor que suspendêssemos o trabalho e o retomássemos dentro do prazo regimental, porque temos colaborado, mas temos feito um apelo muito grande para não ultrapassar o que dispõe o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Flexa Ribeiro) - Deputado Assis Carvalho, V.Exa. pode ficar tranquilo, que nós vamos fazer a discussão dos itens. Estamos no item 2 da pauta, então haverá tempo. Se houver necessidade, mantemos a discussão até que seja apresentado o destaque de V.Exa. Se houver, como foi dito, dificuldade no sistema, V.Exa. pode apresentar manualmente mesmo.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Não é apenas uma questão de destaque, Sr. Presidente. Há situações a serem resolvidas que não são só destaques.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Flexa Ribeiro) - Quando chegar o momento, V.Exa. se pronuncia. Então, vamos encontrar a solução aqui.

Não havendo mais quem queira discutir o relatório do Deputado Vicentinho Alves Júnior, eu o coloco em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do relatório do Deputado Vicentinho Alves Júnior, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3 da pauta.

Conforme o disposto no art. 24, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório COI/CMO nº 2, de 2016, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, que “propõe atualização do Anexo IV - Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves, integrantes do Projeto de Lei nº 18, de 2016, do Congresso Nacional”, PLOA/2017.

Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI. Coordenador do COI: Senador Telmário Mota, do PDT de Roraima. Não foram apresentadas emendas.

O Coordenador do COI está com a palavra para apresentação do seu relatório. Com a palavra o Senador Telmário Mota.

**O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, a Coordenação ouviu todas as partes — o Tribunal de Contas da União, os órgãos, as Prefeituras e o Governo — a respeito daquelas obras que apresentavam irregularidades graves. Aqui, em duas oportunidades, em duas audiências públicas, ouvimos as ponderações do Ministério Público e das instituições que estavam apresentando as obras com irregularidades.



Uma obra que envolvia o metrô de Salvador, por exemplo, foi justificada e a excluímos das que apresentavam irregularidades. Mas no geral, Sr. Presidente, nós consideramos as ponderações do Tribunal de Contas da União.

Portanto, Sr. Presidente, em síntese, como se trata de um trabalho muito extenso, muito grande, em resumo, ficam essas colocações e essas ponderações. O nosso relatório já foi enviado por *e-mail* e extensamente publicado. Esse é o resumo do trabalho que foi desenvolvido por nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Eu peço a V.Exa. que, pelo menos, leia o voto.

**O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA** - Passo à leitura do voto, Sr. Presidente.

“Considerando as informações prestadas pelo TCU, pelos gestores, bem como as obtidas em audiência pública, e levando em consideração a metodologia do trabalho do COI e as determinações do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, propomos o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira das seguintes obras e serviços, limitado exclusivamente aos empreendimentos, contratos, convênios, editais e outros elementos semelhantes nominados na coluna 'Objeto', conforme abaixo especificado: (...)”

Pela seriedade das decisões envolvidas, acrescento uma breve resenha dos motivos que estão descritos no Anexo I.

Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3, Rio de Janeiro, ELETROBRAS. Contrato CT nº 223/83, construção civil. Gestão fraudulenta, superpreços e superfaturamento.

Contrato da Eletromecânica, Pacote da Eletromecânica, segundo projeto. Fiscalização inadequada, pagamentos por serviços não executados, aditivos irregulares.

Contrato de Pacote Civil. Projetos de Edificações. Restrições à competitividade da licitação.

Obras de construção da BR-040, no Rio de Janeiro. Termos aditivos, em 30/12/2014, ao contrato PG-138/95. Obras de implantação de novo trecho da BR-040-RJ para subida da Serra de Petrópolis. Projetos desatualizados e deficientes; sobrepreço no orçamento da obra; sobrepreço no cálculo financeiro da concessão.



Construção da Vila Olímpica, Parnaíba/PI. Empreendimento sem Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira.

Construção do Hospital Regional em Queimados/RJ: Quantitativo inadequado no orçamento da obra.

BRT de Palmas/TO: Edital RDC. Contratação Integrada com o corredor de transporte BRT e do sistema inteligente de transporte de Palmas. Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental deficiente.

Controle do Corredor de Ônibus — SP: Contrato 043 — Trecho 1. Corredor Leste. Razão: Sobrepreço.

Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Parnamirim/RN: Sobrepreço. Exclusão de itens sem os quais o empreendimento não atinge a sua finalidade.

Este item, inclusive, Sr. Presidente, gerou certas reclamações e houve um requerimento. Vale destacar que, como consta aqui, além do sobrepreço, foram excluídos itens. Por exemplo, como é obra de saneamento, foram excluídos itens que possibilitariam a chegada do saneamento às residências, Senador Eduardo Braga. Perdida a verdadeira finalidade. Daí a razão da sua exclusão.

Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Porto Velho/RO. A razão da exclusão é sobrepreço.

Canal do Sertão — Alagoas. Senador Arthur Lira, é a sua terrinha! O sobrepreço também foi a razão da exclusão.

Usina Termonuclear de Angra 3. Pacote eletromecânico. Contrato já anulado pela ELETRONUCLEAR. O TCU retirou a recomendação de paralisação, portanto.

Construção da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia, em Pernambuco — na terra do Senador Fernando Bezerra. O contrato encontra-se encerrado. O final da sua vigência foi em 30 de novembro de 2016, e não foi prorrogado.

Implantação e pavimentação da BR-448, no Rio Grande do Sul, pelo DNIT. O contrato já foi concluído. O TCU retirou a recomendação de paralisação.

Programa da BR Legal, o Paraná. O DNIT já adotou as providências para modificar os contratos nos termos fixados pelo TCU.

Corredor de Ônibus de Salvador/BA: A paralisação do contrato não corrige nem recupera as irregularidades apontadas pelo TCU. Obra em pleno andamento,





sem que o TCU tenha restrições de como vem sendo executada. O TCU retirou a recomendação, portanto esta obra terá a sua continuidade.

Aeroporto de Porto Alegre — INFRAERO. Contrato concluído. A INFRAERO já adotou as providências para a rescisão dos contratos.

“Diante do exposto, votamos pela aprovação deste relatório, com a proposta de atualização do Anexo VI do PLN 18, de 2016, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017), nos termos do Anexo 2 a este Relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com as seguintes propostas de providências adicionais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional:

I - solicitar do Tribunal de Contas da União, com base no art. 71, incisos IV e VII da Constituição Federal, que realize estudo específico, com o apoio que se fizer necessário dos órgãos reguladores do mercado bancário e securitário, com a finalidade de identificar, com maior grau de precisão e especificação possível, quais os produtos, padrões, termos e condições específicas em que as modalidades de garantia previstas nos incisos II e III do § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, podem efetivamente ser consideradas aptas a atender à exigência de “prevenir o possível dano ao Erário, até a decisão de mérito sobre o indício relatado”, estabelecida pelas leis de diretrizes orçamentárias para a classificação de indícios de irregularidade grave com recomendação da retenção parcial de valores;

II - solicitar ao Tribunal de Contas da União, com base no art. 71, inciso IV da Constituição Federal, que realize fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres, tendo como questões centrais de auditoria a adequação das suas atividades de avaliação e controle de projetos de obras concedidas e os reflexos das condições dessa adequação na capacidade regulatória da Agência, tanto para os contratos atuais como para a expansão das concessões de infraestrutura contemplada nas atuais prioridades governamentais;

III - solicitar ao Tribunal de Contas da União, com base no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, que realize atividades periódicas de controle no processo de implantação e operação do Sistema de Obras do Governo com a finalidade de



orientar na solução de problemas e na gestão de risco, de forma a apoiar a consecução dos objetivos do mencionado projeto até sua completa maturação;

IV - manifestar ao Presidente da República e ao Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão seu pleno apoio à criação do Sistema de Obras do Governo, expressando ainda o seu entendimento de que o referido sistema deve evoluir — gradual, mas rapidamente —, no sentido de abranger, de forma confiável, todos os empreendimentos de obras e serviços de engenharia custeados com recursos dos orçamentos federais de que trata o art. 165 da Constituição Federal.

Portanto, Sr. Presidente, este é o nosso relatório e o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão. Não havendo quem queira discutir declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 4. Conforme o disposto no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório nº 1 do COICMO, de 2016, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves acerca do AVN 8/2016, AVN 9/2016, AVN 14/2016, AVN 19/2016, AVN 22/2016, AVN 23/2016 e AVN 24/2016, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves.

Coordenador: Senador Telmário Mota.

Não foram apresentadas emendas.

O Coordenador está com a palavra, para a apresentação do relatório.



**O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA** - Sr. Presidente, dando continuidade, como nós falamos, ouvimos todas as partes. Vou direto ao voto.

Inicialmente cabe a este Comitê informar que muitos avisos analisados neste relatório estão há meses pendentes de apreciação pela Comissão e, conseqüentemente, sem decisão definitiva sobre o bloqueio da execução. Esse atraso prejudica a análise por parte do Congresso Nacional como Titular do Controle Externo dos achados apontados pelo Tribunal, bem como prejudica a eficácia da decisão tomada por esta Comissão.

Feito esse registro, este Comitê após examinar o apontamento feito pelo TCU, as medidas corretivas ou a serem adotadas pelos gestores, conforme consignado no anexo I e a importância socioeconômica dos empreendimentos que decidem.

Não propor o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes objetos na Lei Orçamentária para 2016: Usina Hidrelétrica de São Domingos; construção da Refinaria Abreu de Lima, de Recife; construção da Ferrovia Norte-Sul de Goiás; obra do Terminal Fluvial de Barcelona, no Amazonas; BR-448 do Rio Grande do Sul, implantação e pavimentação; canal do Sertão de Alagoas; corredor de ônibus; São Paulo, Radial Leste, Trecho 3; DRT de São Paulo, Itaim Paulista, São Matheus.

Propor o desbloqueio, nos termos do Projeto do Decreto Legislativo, anexo a esse parecer, da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes objetos: construção da Vila Olímpica, Parnaíba, Piauí; contrato: manter o bloqueio, na execução física, orçamentária e financeira dos seguintes objetos já presentes no Anexo VI, da Loa — Construção da Vila Olímpica de Parnaíba, contrato de repasse 743253; Canal do Sertão, Alagoas; Contrato 58/2010; Corredor de ônibus de São Paulo, Radial Leste, trecho 1; Contrato 43/13 do Edital 1, de 2012; Propor o bloqueio, nos termos de Projeto de Decreto Legislativo, anexo a esse parecer, da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes objetos: implantação da Usina Termonuclear da Usina Angra-3, Rio de Janeiro; obra de construção da BR-40, do Rio de Janeiro; BRT de Palmas, Tocantins; construção do Hospital Regional de Queimados, no Rio de Janeiro.



Por fim, este comitê submete o relatório à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24, art. 122, da Resolução nº 1 de 2006, CNE.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados. As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado.

Na representação do Senado as Sras. e o Srs. que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 5: apreciação do relatório final, apresentado ao Projeto de Lei 18, de 2016, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2017. Projeto de Lei Orçamentária para 2017 e a complementação de voto.

Relator-Geral do Orçamento, Ilmo. Senador Eduardo Braga, PMDB do Amazonas.

Foram apresentadas 7 mil e 858 emendas. Voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 18 do Congresso Nacional, de 2016, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017, na forma do substitutivo apresentado, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.

Informo que o prazo de destaques iniciou-se em 8 de dezembro e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I, do art. 60, do Regimento Interno da CMO.

O Relator-Geral está com a palavra para a apresentação do relatório final e da complementação de voto.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Eu formulo a presente questão de ordem, nos fundamentos do art. 128, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. O referido artigo estabelece que a apreciação do relatório geral do projeto



de lei orçamentária somente poderá ocorrer na CMO 3 dias úteis, após a sua distribuição.

A última modificação do citado do relatório final do Projeto de Lei Orçamentária para 2017 ocorreu às 13h06min, do dia 12 de dezembro de 2016. Estamos inclusive com o anexo aqui presente. Ou seja, a sua apreciação somente poderá ocorrer a partir das 13h06min do dia de hoje, 15 de dezembro de 2016.

Nos termos, ainda, do art. 128, da Resolução nº 1, de 2016, do Congresso Nacional, esse prazo não poderá ser dispensado por deliberação da maioria absoluta dos membros da CMO, como está previsto para os relatórios relativos às demais posições.

Nesse sentido, concluo esta questão de ordem solicitando que a apreciação do PLOA 2017 somente ocorra a partir das 13h06min de hoje, 15 de dezembro de 2016, como estabelece o art. 128, da Resolução nº 1, de 2006.

Esta é a questão de ordem, Sr. Presidente, que eu espero seja acolhida por V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Responderei, Deputado Assis Carvalho, com todo o prazer, a questão de ordem formulada por V.Exa. Tenha V.Exa. a tranquilidade, porque este Presidente, durante este ano, sempre procurou honrar absolutamente todos os compromissos feitos aqui, na CMO, com todas as bancadas, bem como a interpretação do Regimento Interno Comum ou da Resolução nº 1.

O que diz o art. 128, como invoca V.Exa., na questão de ordem, fala em dias, não em horas. E nós obedecemos absolutamente os 3 dias.

Quero ainda dizer a V.Exa. que nós estamos às 10h44min, e que nós estamos ainda por abrir a leitura do relatório. Nós ainda daremos, sem sombra de dúvidas, a oportunidade de todos, Deputados e Senadores, discutirem e defenderem suas posições de emendas ou de destaques.

E, com certeza, para atender a V.Exa. na questão de ordem, que é justíssima, mas eu entendo que esta Presidência tem cumprido com o Regimento, nós só poderemos participar de qualquer deliberação muito após o horário que V.Exa. estabelece.



Portanto, eu indefiro a questão de ordem de V.Exa., tendo em vista que estão aqui atendidos todos os preceitos constitucionais.

Muito obrigado, Deputado Assis Carvalho.

Passo a palavra ao Relator, para que profira a leitura do seu relatório.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, aqui presentes.

Primeiro, Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar agradecendo a todos os companheiros que foram Relatores Setoriais deste nosso esforço no relatório de 2017. Acho que, se não fosse o empenho dos Relatores Setoriais, nós não conseguiríamos chegar ao dia de hoje em condições de apresentar, ler, debater, discutir e deliberar este parecer final do relatório.

Eu queria, também, agradecer ao Relator preliminar de Receita, o Deputado Daniel Vilela, que também teve participação extremamente importante.

Quero agradecer ao nosso Presidente, Arthur Lira, que foi incansável na construção de soluções que permitissem encontrarmos alternativas para atender às demandas que aqui foram depositadas, não apenas pela sociedade — há aqui várias entidades, de vários grupos, de pessoas que reivindicaram, ao longo do tempo, participação direta no Orçamento-Geral da República, da União, e que participaram desta construção. Com todos eles, tivemos diálogo.

Quero também agradecer aos técnicos da Comissão de Orçamento, tanto do Senado quanto da Câmara. Sem eles não teria sido possível cumprir os prazos regimentais e fazer o trabalho que fizemos, até mesmo em sábado e domingo. Para muitos que talvez não saibam, nós, no domingo, estivemos aqui, Senador Fernando Bezerra. Não só o Senador da República, mas todos os técnicos envolvidos neste trabalho estiveram diretamente envolvidos para que nós pudéssemos cumprir o prazo ainda há pouco levantado pelo Deputado Assis.

Entregamos à Comissão de Orçamento, às 23h58min de domingo, o Relatório Final do Parecer Geral do Orçamento-Geral da União, num esforço que eu quero aqui reconhecer. Via de regra, os funcionários públicos, os políticos são tão questionados, e o que nós vimos nos últimos 40 dias na Comissão foi um esforço de todos no sentido de conseguirmos construir um orçamento, que não é simples — é um orçamento modificado, com novas regras com relação ao teto dos gastos



públicas, às receitas, às emendas impositivas. Há uma nova LDO, que foi construída também por esta Comissão, num esforço do Relator, Senador Wellington Fagundes.

Portanto, eu quero compartilhar com todos um agradecimento e um reconhecimento, pelo menos deste que vos fala, pelo esforço de todos para que chegássemos até aqui.

Do Relatório, Sr. Presidente.

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN, submetemos ao Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, o relatório geral sobre o Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, que *“estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017”*, enviado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 472/2016.

Indicado pela liderança partidária e designado pelo ilustre Presidente desta Comissão, coube-nos a honrosa tarefa de exercer as funções relativas à relatoria geral. Desde logo, aproveitamos a oportunidade para expressar nossos agradecimentos ao Presidente desta Comissão, o nobre Deputado Arthur Lira, ao conjunto de relatores setoriais, aos membros deste colegiado e ao conjunto de parlamentares que compartilharam do esforço de conciliação necessário à elaboração do Substitutivo que ora apresentamos.

Nesse contexto, vale também consignar que o trabalho desta Comissão e das relatorias, com o auxílio dos comitês, pautou-se pela observância das normas pertinentes à matéria.

O presente relatório foi elaborado em consonância com os critérios, condições e parâmetros fixados pela CMO, quando da edição do Parecer Preliminar (...), seja o de Receita, seja o Parecer Preliminar Geral.

“Visão geral do substitutivo ao PLOA 2017 e quadros comparativos.

O valor total da despesa constante do Substitutivo apresentado é de R\$ 3.505,4 bilhões, dos quais R\$ 946,4 bilhões referem-se ao refinanciamento da dívida pública.”

Ou seja, apenas para o refinanciamento da dívida pública, aproximadamente 1 trilhão de reais desses 3,5 trilhões são destinados ao refinanciamento.



“Em razão do disposto nos arts. 5º, § 2º, e 52, da LRF, receitas e despesas referentes ao refinanciamento devem ser distinguidas das demais receitas e despesas financeiras.

Em grandes grupos de despesa, o orçamento fiscal e da seguridade social foi acrescido de R\$ 19 bilhões em investimentos, R\$ 9 bilhões em custeio e R\$ 2 bilhões em inversões financeiras.”

O PLOA final, de 3.415,4 bilhões, fica assim dividido: 1 trilhão, 722 bilhões de reais, portanto, 50%, para o refinanciamento da dívida pública e pagamento de juros — ou seja, 50% do Orçamento-Geral da União é para pagamento de dívida pública e pagamento de juros; Reserva de Contingência, 1%, 34,5 bilhões; Pessoal: 306 bilhões e 900 milhões — 9% refere-se, apenas, a pessoal; Custeio: 1 trilhão, 209 bilhões e 600 milhões, portanto, 35%; Investimentos públicos: 58,3 bilhões.

E, aqui, quero destacar a importância do trabalho desta Comissão, porque os valores iniciais de investimentos eram inferiores a 38 bilhões de reais. Nós crescemos, portanto, em 20 bilhões de reais, os investimentos, com os remanejamentos feitos por esta Comissão.

E por fim: Inversões Financeiras da ordem de 83,8 bilhões, o que equivale a 3% do Orçamento.

“Entre as áreas que mais receberam recursos, destaco Saúde (R\$ 9,9 bilhões)” — recursos novos, elaborados a partir deste relatório que todos fizemos em múltiplas parcerias e mãos; “Urbanismo (R\$ 6,0 bilhões)” — para onde vivem as pessoas, onde estamos com a mobilidade urbana e acessibilidade comprometida; “Transporte (R\$ 2,1 bilhões)” — setor em que milhares de brasileiros precisam de investimentos, para que possamos melhorar a mobilidade, o acesso, e reduzir o Custo-Brasil; “Educação (R\$ 1,8 bilhão); Defesa (R\$ 1,5 bilhão)...”

Quero aqui fazer um destaque, porque um dos grandes projetos da indústria aeronáutica brasileira se concluirá no ano de 2017. O Brasil, se tudo correr bem, graças à ajuda do Congresso Nacional, conseguirá certificar e homologar o quadrijato reator, com capacidade de carregamento de 30 toneladas, o KC-390, o que colocará o Brasil na ponta da indústria aeromilitar mundial, e gerará emprego, renda e melhores condições para a nossa segurança nacional e para nossa estratégia de defesa do território brasileiro.





“Esporte (R\$ 522 milhões)” — graças às emendas dos Srs. Parlamentares; “e Comércio e Serviços (R\$ 486 milhões).

Teto de gastos para despesa primária.

A PEC nº 55, de 2016, encontra-se em tramitação no Senado Federal, já tendo sido aprovada em votação de primeiro turno, ocorrida no último dia 29 de novembro” — e, no dia de ontem, 13 de dezembro de 2016, aprovada em votação em segundo turno.

“Considerando os parâmetros que a proposição estabelece, bem como o disposto no Substitutivo do PLDO 2017, a base para projeção do limite para despesas primárias de 2017 (valor de pagamentos de 2016) corresponderia a R\$ 1.201,4 bilhões, que, corrigido pelo percentual de 7,2% (IPCA estimado para 2016), importaria teto de despesa R\$ 1.287,9 bilhões.

O PLOA 2017, contudo, considerou a expectativa de pagamento de R\$ 1.286,8 bilhões, indicando possibilidade de crescimento da despesa em R\$ 1,1 bilhão. O não aproveitamento dessa margem decorreu da necessidade de o Poder Executivo compatibilizar o projeto com meta de resultado primário prevista para 2017 (R\$ 139,0 bilhões no Substitutivo do PLOA 2017, já aprovado, mas pendente da apreciação de destaques para votação em separado).”

Na verdade, onde eu li “PLOA”, deveria ter lido “PLDO de 2017”, que estabelece a meta fiscal.

“Por meio do Ofício nº 057/2016-MP, de 16/11/2016, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Poder Executivo informou que, em função da arrecadação de R\$ 46,8 bilhões oriunda de impostos decorrentes da regularização de recursos mantidos no exterior” — repatriação —, “o valor do teto de gastos para 2017 poderia ser ampliado em, pelo menos, R\$ 9,0 bilhões. Esse reajuste decorre do fato de que a arrecadação referida permitiria aumentar o montante da despesa paga no ano em curso, alterando-se, portanto, a base de cálculo inicial.

Essa informação prestada pelo Poder Executivo, corroborada posteriormente pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre, possibilitou o aumento das dotações destinadas à despesa primária em R\$ 10,1 bilhões. Na verdade, o referido Relatório de Avaliação possibilitaria o aumento das



dotações em mais R\$ 5,6 bilhões além do que figura no Substitutivo que ora apresentamos. Contudo, seu aproveitamento é inviável diante da insuficiência da estimativa de receita, mesmo após o aumento aprovado por esta Comissão.”

O que nós estamos dizendo aqui — e eu vou falar baixo para ver se a Comissão faz um pouco de silêncio, porque senão eu não vou conseguir chegar ao final de minha leitura — é que nós poderíamos ter expandido o teto do gasto em mais R\$ 5 bilhões, mas preferimos não o fazer, para não correremos o risco de não ter uma receita que estivesse com o realismo necessário para fazermos um Orçamento com um teto de gasto estabelecido e com uma receita orçamentária que apontasse para o realismo nos cenários macroeconômicos estabelecidos. Portanto, abrimos mão de R\$ 5,6 bilhões de possibilidade de aumento do teto do gasto.

“Ações e serviços públicos de saúde.

O art. 198, § 2º, inciso II, da Constituição determina que a União aplique 15% da receita corrente líquida (RCL) em ações e serviços públicos de saúde. Contudo, o art. 2º da Emenda Constitucional nº 86, de 2015, prevê que esse percentual será atingido gradativamente até 2020. Para o exercício de 2017, o valor mínimo constitucional é de 13,7%.”

Aqui, houve a primeira grande mudança, do ponto de vista estruturante do Orçamento: é que a PEC 55, ontem votada em segundo turno no Senado, elevou o percentual da saúde, o piso da saúde, de 13,7%, no ano de 2017, para 15% no ano de 2017. Isso é uma demonstração inequívoca de que, ao contrário do que alguns tentam passar, o piso para a saúde sofreu foi uma antecipação e um incremento que acabou se transformando num incremento de 10 bilhões de reais para a saúde pública no ano de 2017.

No PLOA 2017— portanto, na lei originária —, estão consignados o montante de R\$ 105,5 bilhões para o atendimento de referidas despesas, o que corresponde a 13,9% da Receita Corrente Líquida. Contudo, a PEC 55/2016 prevê a antecipação do percentual de 15% da Receita Corrente Líquida já para 2017. Além disso, o Relatório da Receita alterou a base de cálculo do valor mínimo — segunda mudança estruturante —, uma vez que prevê aumento da Receita Corrente Líquida projetada para 2017. Em 2017, portanto, a aplicação em ações e serviços de saúde deve alcançar o valor mínimo de R\$ 115,3 bilhões.



Em decorrência disso, após considerar o atendimento de emendas individuais (R\$ 4,8 bilhões, impositivas) e coletivas (R\$ 2,2 bilhões, impositivas) destinadas a essa finalidade — saúde —, restou a esta Relatoria promover ajustes necessários ao cumprimento do piso da saúde, com a complementação no valor de R\$ 2,7 bilhões.

O art. 165, § 8º, da Constituição, que dispõe sobre a autorização para a abertura de créditos adicionais, contempla o princípio orçamentário da exclusividade, segundo o qual a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvada a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

A autorização para a abertura de créditos por decreto revela-se adequada até o ponto em que permite aos órgãos de execução, no âmbito de cada Poder, do MPU e da DPU, flexibilidade razoável para a execução eficiente das políticas públicas. Para não ultrapassar essa fronteira, é importante que haja certo comedimento no seu estabelecimento, de modo a não prejudicar prerrogativas do Congresso Nacional.

Este é o terceiro ponto fundamental deste parecer: as prerrogativas do Congresso Nacional estão fortalecidas. Estão dadas as flexibilidades de governabilidade, mas não estão abertas as possibilidades de o poder do Congresso Nacional ser diluído por ações unilaterais por parte do Executivo.

No PLOA 2017, as autorizações para a abertura de crédito suplementar por decreto, previstas no art. 4º, sofreram significativas mudanças em relação à lei orçamentária vigente e às anteriores. Em geral, essas mudanças buscam simplificar o dispositivo e fazer com que o crédito suplementar aberto por decreto: seja compatível com a meta de resultado primário, requisito previsto nas leis orçamentárias vigente e anteriores; e observe o teto de gastos para despesas primárias, objeto da PEC 55/2016, em tramitação no Senado Federal, que já foi, na realidade, votada no dia de ontem.

Quanto a esse dispositivo, o substitutivo apresenta nova organização, de forma a aperfeiçoar o texto e indicar de modo mais simples as autorizações para abertura de crédito adicional, segundo a classificação da despesa quanto ao



indicador de resultado primário: primária obrigatória, primária discricionária e financeira.

#### Correções e Ajustes

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que concernem à matéria, os pareceres das emendas comportam correções e ajustes realizados pelos Relatores Setoriais e por este Relator-Geral, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação ou ulterior execução.

Nas emendas, as correções e ajustes foram promovidos por iniciativa dos Relatores, conforme as competências conferidas pelo parecer preliminar e pela Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional. Em muitos casos, os ajustes foram solicitados pelos próprios autores das proposições, por meio do Sistema de Solicitações de Ajustes a Emendas, sendo que a análise dos pedidos levou em conta a viabilidade técnica e a preservação da intenção original do autor. As solicitações de ajustes constam do Anexo 4.3.

#### Emendas de Relator-Geral

Conforme o parecer preliminar, as emendas de Relator foram destinadas à correção de erros, omissões ou inadequações de ordem técnica ou legal verificados no PLOA 2017, ou decorrentes do processo de emendamento, bem como às finalidades previstas no Item 10 da parte especial do parecer preliminar.

Abro aqui um parêntese para destacar algumas ações. Como os senhores e senhoras sabem, todos os anos, tínhamos nesta Comissão um embate com relação à Lei Kandir e ao FIEEX. Este ano conseguimos fazer com que o relatório final não apenas contemple a Lei Kandir, mas também o FIEEX — Fundo de Incentivo às Exportações. O Mato Grosso, por exemplo, vai-se beneficiar com 10% dos recursos líquidos desse fundo, o que significa uma injeção, nesse Estado, de aproximadamente 200 milhões de reais de capital, o que, em época de escassez de recursos, é um expressivo investimento. O Estado do Pará também será um grande beneficiado em função das grandes exportações de minério de ferro e outros. Estou elogiando o Pará.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - Relator, eu queria dizer que não se beneficia, porque é 10% do que ele tem direito.



**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Imagine se ele não recebesse esses 10%!

Então, o Fundo de Incentivo às Exportações e a Lei Kandir estão devidamente contemplados.

Pela primeira vez, nos últimos 12 anos, o orçamento está resgatando uma questão central para um País que tem a sua macroeconomia baseada no agronegócio e na pecuária: estamos repassando recursos da ordem de 500 milhões de reais para o IBGE, para que ele possa fazer o Censo Agropecuário Brasileiro e, assim, o Brasil poder caminhar no sentido de se autodeclarar livre da aftosa e ter acesso aos mercados mundiais com relação a essas questões.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Senador, essa é uma medida da maior importância. Quero parabenizar V.Exa. pela sensibilidade. Essa é uma causa de todos os brasileiros, de todos os Estados.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Além do censo e da política de exportação, fizemos também uma emenda, que reputo extremamente importante, para a defesa nacional na ordem de 845 milhões de reais, recompondo as condições para que as Forças Armadas tenham condição de garantir não só a segurança nacional, não só a segurança estratégica de que o nosso País necessita, como também fazer avanços em indústrias que o Brasil tem especialidade, expertise e que precisam ser alavancadas, para poderem voltar a gerar emprego e renda.

Conseguimos atender a política dos resíduos sólidos, outra política importante, para que possamos ajudar e apoiar os Municípios no combate a situações existentes Brasil afora.

Quanto à promoção do desenvolvimento regional, abro aqui um parêntese. O Senador Fernando Bezerra Coelho já foi Ministro da Integração Nacional, e tenho certeza de que, se ele pudesse dispor de uma ferramenta como o PAC para o desenvolvimento regional, sem contingenciamento, muitas das obras de infraestrutura e de microinfraestrutura das regiões Norte e Nordeste deste País teriam sido superadas, e estaríamos hoje com uma logística de produção e de geração de economia muito maior.

O FDCO, o FDA e o FDNE estavam com recursos cortados da ordem de 4 bilhões de reais. Com o esforço de muitos companheiros, com o alerta do Deputado



Júlio Cesar, com a participação do Senador Waldemir Moka, da Senadora Simone Tebet, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Fernando Bezerra Coelho, do Senador Eunício Oliveira, do Senador Flexa Ribeiro, além de outros Senadores e de Deputados que compõem as bancadas Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conseguimos fazer uma grande recomposição desses Fundos.

Primeiramente, com a participação do nosso Deputado Júlio Cesar, tínhamos negociado uma reposição no valor de 50% e a manutenção de todos os restos a pagar proporcionalmente a cada um dos Fundos. Por fim, conseguimos um ganho, que foi um recurso adicional de 250 milhões para cada um dos três Fundos, a fim de que pudéssemos dispor de recursos da ordem de 2 bilhões e meio de reais a mais nos Fundos, que vieram encaminhados com uma soma de 900 milhões de reais em conjunto. Ou seja, mesmo em momento de crise, conseguimos recompô-los, tirando recursos do primário para colocar no financeiro, portanto, impactando o primário para poder ir para o financeiro, para que na volta de 2018 esses Fundos não mais impactem novamente o primário. Portanto, nós conseguimos fazer um grande ajuste que atende às regiões que têm o grande desafio de promover a redução das desigualdades regionais neste País.

Quero aqui dizer que conseguimos colocar recursos em políticas nacionais para ajudar a questão da água no Nordeste, a questão do saneamento e das condições de melhorias ambientais de saúde na região Norte e na região Amazônica.

Conseguimos colocar recursos no Centro-Oeste para infraestrutura na agricultura, pois o Centro-Oeste precisa de infraestrutura na agricultura.

Fizemos uma relação de ações que alcançam os diversos níveis, até mesmo a segurança nacional. Destinamos um adicional de 100 milhões de reais para a Força Nacional, para que possamos tê-la mais bem dotada, mais bem equipada, para o enfrentamento do que lamentavelmente estamos assistindo, que é uma guerra civil velada no nosso País, em que milhares de pessoas são assassinadas todos os anos.

Continuo a leitura do relatório:

Pareceres às Emendas



À despesa foram apresentadas 7.816 emendas, sendo 7.187 individuais, 448 de bancada estadual e 181 de Comissão.

As emendas individuais e as de bancada impositivas foram atendidas na sua totalidade. O valor solicitado, portanto, foi 100% atendido. E mais do que isso: por determinação legal aprovada por este Congresso, obrigatoriamente o valor será liberado pelo Governo no próximo ano.

O atendimento das demais emendas de bancada e das de Comissão fez-se com base nas análises criteriosas realizadas pelos Relatores Setoriais, pelos coordenadores de bancada e pelo Relator-Geral, necessárias para se decidir sobre a alocação de recursos. Portanto, essas emendas não impositivas tiveram três crivos de aporte de recursos: Relatores Setoriais, Coordenadores de bancada e o Relator-Geral, que foi o que ficou com menor volume desse total das emendas de bancada para análise.

Cumprir destacar o aprimoramento do processo orçamentário, ao incorporar para 2017 o regime da impositividade de execução de duas emendas coletivas por bancada, conforme previsão no substitutivo do PLDO 2017, aprovado no Congresso Nacional, pendente da apreciação de destaques para votação em separado.

Espera-se, com isso, que as programações modificadas ou inseridas por essas emendas coletivas tenham sua relevância cada vez mais reconhecidas na peça orçamentária, do mesmo modo que já vem ocorrendo com as emendas individuais e as emendas impositivas de bancada.

#### Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do PL nº 18, de 2016, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017), na forma do substitutivo apresentado por esta Relatoria, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.

Sr. Presidente, lido o relatório, eu gostaria de apresentar à Casa uma complementação do meu voto sobre o PL 18. Essa complementação decorre de várias questões que foram aduzidas ao Relator pelo próprio Executivo, em função da análise da negociação com as bancadas e dos pedidos de destaques apresentados que não foram a debate nem à votação, na tentativa de que nós nos



contentássemos com isso no Relatório Setorial, para alcançar várias daquelas ações com que havíamos nos comprometido.

Sr. Presidente, o adendo já foi distribuído. Por economia processual, não vou lê-lo, pois os Srs. Parlamentares já o receberam. Eu também sou pelo parecer favorável desse adendo.

Deputado Assis, acho que esta é uma questão importante que a bancada do PT, com certeza, vai querer acompanhar.

Eu fui procurado na sexta-feira pelo Ministro da Cultura, Deputado Roberto Freire, tendo em vista que o programa Vale-Cultura vence no dia 30 de dezembro de 2016 e até então não havia sido editada nenhuma nova lei que o prorrogasse ou que o recriasse. Não veio no projeto original nem a previsão da rubrica do Vale-Cultura e menos ainda a renúncia fiscal dele proveniente.

Recebi um ofício do Ministério da Cultura solicitando ao Relator, através do Presidente da Comissão, que nós deslocássemos parte da renúncia fiscal que estava alocada para a Lei Rouanet, a fim de que nós pudéssemos recriar a rubrica do Vale-Cultura, para que ele não deixasse de existir no PLOA. Assim, o Governo teria tempo hábil para editar uma nova medida provisória e encaminhá-la ao Congresso, a fim de que nós pudéssemos então recriar o Vale-Cultura. Eu acho que foi um avanço e um ganho que aconteceu no nosso País na promoção e na inserção da cultura para a juventude. Ao mesmo tempo, isso vai repor, por medida provisória, o que a Receita Federal entender necessário para a renúncia fiscal da Lei Rouanet. Assim não prejudicamos a Lei Rouanet e possibilitamos que a política do Vale-Cultura possa continuar no ano de 2017 até que a medida provisória possa ser finalmente votada e encerrada.

Por tudo isso, Sr. Presidente, somos também pelo parecer favorável de aprovação do adendo que apresentamos ao Relatório Geral do Projeto de Lei nº 18.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O Relatório Geral final e a complementação de voto estão em discussão.

Antes de abrir a discussão, eu queria novamente ratificar o entendimento desta Comissão, como combinado com os senhores coordenadores.

Nós faremos aqui, após a discussão — eu acho que a discussão não será breve —, um encaminhamento para que nós possamos votar o relatório final com





sua complementação e imediatamente vamos suspender a sessão para que todos os coordenadores e bancadas possam discutir com o Relator-Geral como se dará o encaminhamento da votação dos destaques. Depois, definiremos como ficará o texto do relatório final.

Concederei a palavra muito rapidamente ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que a havia solicitado, e, na sequência, ao Deputado Assis Carvalho. Em seguida, seguirei a sequência dos que já estão inscritos para a discussão do relatório final.

Tem a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho.

**O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO** - Eu queria, de forma muito breve, apenas formalizar o pedido da Senadora Lúcia Vânia, em nome de toda a bancada do Estado de Goiás, para um destaque que, na verdade, se trata de emenda de redação. Onde se lê *“estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde no Município de Goiânia”*, leia-se *“estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde no Município de Itumbiara”*.

Essa é uma manifestação que traduz, por unanimidade, a vontade da bancada de Goiás.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Qual é o número do destaque?

**O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO** - Eu vou encaminhar à Mesa o número do destaque, que foi protocolado na Comissão Mista de Orçamento no dia 13 de dezembro. Eu tenho aqui o recibo do protocolo; depois, eu o informarei de forma adequada.

Queria apenas deixar formalizado esse destaque a pedido da Senadora Lúcia Vânia.

Para encerrar, como membro desta Comissão e como Relator Setorial, faço aqui o testemunho do trabalho e da dedicação do Presidente da Comissão, Deputado Arthur Lira, e do Senador Eduardo Braga, que foi um gigante nesses últimos 40 dias, quando procurou ouvir todas as bancadas estaduais, as Sras. e Srs. Parlamentares, as Sras. e Srs. Senadores, tentando de fato atender às demandas, que são inúmeras e difíceis, com um atendimento completo e global, em função das graves restrições financeiras e orçamentárias que estamos vivenciando.



O Senador Eduardo Braga foi muito solícito e atencioso e permitiu a construção de alternativas muito interessantes, destacando aquilo que já mencionou há pouco: a ampliação de recursos para investimentos de quase 20 bilhões de reais.

Portanto, muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Senador Fernando.

Antes de iniciarmos a discussão, muito rapidamente, concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, é claro que eu vou também discutir o relatório na hora oportuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - V.Exa. quer se inscrever?

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Não, eu vou discutir o relatório na hora oportuna, mas, antes disso, nós precisamos discutir uma preliminar.

Em primeiro lugar, Senador Eduardo Braga, eu quero dizer que V.Exa. goza do meu mais elevado respeito, até mesmo porque foi um parceiro fiel ao Governo decente de Lula e Dilma e sabe o quanto a Oposição muitas vezes lhe criou dificuldades no Ministério, mesmo tendo sido aquele um Governo eleito pelo povo. Este registro se faz necessário para dizer que V.Exa. goza do meu mais elevado respeito.

Em segundo lugar, quero lhe dizer que, na hora oportuna, vou discutir inclusive a questão da saúde, que foi levantada na fala de V.Exa., mas eu tenho minhas discordâncias, até porque milito nessa área.

Quero registrar, Sr. Presidente, que ninguém mais defende a cultura e a questão pujante do Vale-Cultura como nós. O Vale-Cultura foi um adendo feito agora, e, quando se faz isso, altera-se também o relatório. Nesse ponto, recorro novamente ao art. 128.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Deputado...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, esse artigo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis, com todo o respeito que tenho por V.Exa., há Deputados e Senadores na sua frente para discutir.



**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - É que estou fazendo a preliminar para discutir a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Então, por favor, com todo o respeito e consideração que nós temos um pelo outro, eu pediria que V.Exa. fizesse a sua questão de ordem, porque, senão, eu estaria sendo injusto com quem já se inscreveu antecipadamente.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Faço a questão de ordem para poder me justificar.

Eu fiz a questão de ordem inicialmente, com base no art. 128, que diz:

*Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 dias úteis após a sua distribuição (...).*

Um dia tem 24 horas. Seria, portanto, às 13 horas de segunda-feira, às 13 horas de terça-feira, às 13 horas de quarta-feira e às 13 horas de quinta-feira. À luz deste Regimento, nós estaríamos exatamente com essa situação resolvida dia 15, às 13h06min.

Até podemos votar, mas não podemos passar por cima do Regimento. Mesmo que façamos um adendo, com o qual eu concordo, pelo Regimento, também se contam novos prazos, salvo por acordo.

Então, Sr. Presidente, antes de fazer a discussão deste relatório, eu solicito a V.Exa. que o submeta à apreciação deste Plenário, porque compreendo que nós estamos fazendo uma votação rasgando este Regimento. Quando fazemos isso, é muito ruim para o cotidiano de um colegiado.

Recorro, portanto, mais uma vez à questão de ordem que foi negada por V.Exa., por compreender que, neste momento, está sendo negado o que está escrito neste termo, que é quem rege o andamento desta reunião da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Não vou voltar a discutir com V.Exa. essa questão, pois ela já está vencida. A questão de ordem de V.Exa. é a mesma. Eu não sei que contagem é esta de 3 dias que V.Exa. faz — segunda-feira, terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. Eu conto 4 dias, não conto 3, nos dedos. Não vou discutir com V.Exa. Nós manteremos a tranquilidade desta Comissão. Aqui nós não rasgamos nem iremos rasgar Regimento em hora nenhuma, absolutamente. V.Exa., mais do que ninguém, sabe do nosso comportamento à frente desta



Comissão. Nós prezaremos pela imparcialidade, pelos compromissos, pelos acordos que nós firmamos nesta Comissão até o final, no encerramento de todas as nossas discussões.

Volto, portanto, a reafirmar a inadmissibilidade da questão de ordem de V.Exa.

Passo a palavra, como primeiro orador inscrito, ao Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Quero discutir o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Pois não, Deputado Assis.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Permite-me contraditar antes de V.Exa. usar a palavra, Deputado Assis?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Não vamos polemizar, Deputado Cajado. Essa questão está vencida.

V.Exa. tem a palavra para discutir.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Inicialmente, eu gostaria apenas de dizer que nós, que fomos Oposição no passado — agora eu sou do Governo —, nunca votamos contra as nossas convicções, como o PT votou antes de o Presidente Lula e a Presidente Dilma assumirem, fazendo a política do “quanto pior, melhor”. Nós não fizemos isso. Nós fomos uma Oposição propositiva, crítica.

Quando ocupei a titularidade da CMO, eu nunca deixei de votar o Orçamento, pelo contrário. É claro que, em determinados momentos, se fazia acordo; em outros momentos, não se fazia. A regra regimental é para ser cumprida, tanto antes, como agora, quanto no futuro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Eu só queria fazer um adendo e um esclarecimento à fala de V.Exa.

Durante o ano, o Partido dos Trabalhadores foi um dos partidos que mais contribuíram para o andamento desta Comissão. Essa é a ressalva que faço à fala de V.Exa. Portanto, a bancada do PT merece desta Presidência todo o respeito e consideração.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Eu ia chegar lá. Eu quero fazer um breve comentário sobre o PT do passado para o PT atual. Agora eles viraram Oposição novamente e estão trabalhando de forma a ajudar o Brasil. Eu ia dizer justamente isso. V.Exa., como se diz, tirou daqui. *(Risos.)* Eu ia dizer que duvido que



o Deputado Assis Carvalho vá impedir a votação do Orçamento. Eu tenho convicção de que não irá.

Quanto à regra regimental do prazo, o Presidente decidiu, está o.k. É claro que vai haver outras questões que podem, sim, demandar o prazo regimental, e, por acordo, nós poderemos ultrapassar isso.

Portanto, antes de discutir o relatório, eu quero fazer este apelo à bancada do PT para que ele possa efetivamente continuar como está. Eu não vou discutir aqui, Sr. Presidente. Os membros do PT e de outros partidos de Oposição ao Governo Temer têm tido na Comissão de Orçamento toda boa vontade. Isso é verdade! Eu declaro isso, apreciando essa mudança de comportamento hoje, diferente de como foi no passado, até porque deixou de ser Governo recentemente.

Sr. Presidente, eu queria dizer a V.Exa. e ao Relator, o nobre Senador Eduardo Braga, que, ao perceber que, diante de todas as dificuldades, dessa crise que ainda não conseguimos debelar, estamos elaborando uma peça orçamentária que vislumbra uma possibilidade muito concreta, muito objetiva de, no ano que vem, termos efetivamente mecanismos, para poder colocar em prática políticas públicas em áreas fundamentais para o Brasil, a exemplo da educação, da saúde, da infraestrutura, da agricultura. Como o Relator deixou bem claro, há possibilidade, diante da suplementação, de poder tirar de um local e colocar em outro. Isso porque nós estamos sob a égide do comando da PEC 55, que foi aprovada ontem pelo Senado e, antes, por todos nós. Ela será promulgada amanhã pelo Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

Nessa questão, nós temos um limitador que definiu claramente que os gastos públicos não poderão aumentar. Porém, a área da saúde foi contemplada com mais recursos do que neste ano de 2016.

Portanto, nobre Senador Eduardo Braga, com seu trabalho, V.Exa. cumpriu com o que disse desde o início à frente da relatoria. Nós tivemos diversas reuniões, diversos debates. Os relatórios setoriais tiveram recursos para poder ajustar dentro do Estado federativo a não proporcionalidade de alguns ajustes que precisavam ser feitos. Os recursos foram alocados para definir a diminuição das desigualdades, mantendo mais ou menos o nível de investimento nos Estados federados, de acordo com a sua população equânime.



Algumas questões, como os destaques, nós deixaremos para um segundo momento. Esperamos poder aprovar alguns dos destaques que nós propusemos. Eu vou discuti-los no momento oportuno. Porém, avanço que os recursos que foram cortados, por exemplo, da Câmara dos Deputados na parte do setor de comunicação, da área legislativa, nós gostaríamos de poder recompor.

Nobre Senador Eduardo Braga, estou apresentando um destaque, agora, por pedido do seu colega Senador Ronaldo Caiado, já que o censo agropecuário é fundamental para o Brasil, e houve um corte de 124 para 35. Então vou apresentar um destaque. É a informação que eu tenho do Senador Caiado.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Não, não. Primeiro o censo agropecuário não teve cortes porque ele não veio no Orçamento. Ele simplesmente não veio na proposta do PLOA. Foi colocado por nós. E nós o adicionamos na rubrica de censo demográfico e agropecuário, porque era a rubrica que o Planejamento e o próprio Ministério da Agricultura, o MAPA, entendiam que deveríamos colocar. E lá foram colocados 500 milhões de reais a mais. Já havia no censo demográfico 240 milhões de reais. Portanto, o valor foi para 740 milhões.

Agora, como V.Exa. sabe, o orçamento apresentado pelo IBGE para o censo agropecuário começou com 1,2 bilhão, depois veio para 800 milhões. E nós tivemos como parâmetro o Ministério da Agricultura, o MAPA, que, afinal de contas, é o Ministério que vai ter a função e o instrumento para trabalhar com ele.

Então, o valor combinado foi o valor colocado entre Planejamento, Comissão de Orçamento e o Ministério da Agricultura. Portanto, não houve nenhum corte, até porque não veio recurso no PLOA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Só para concluir, Presidente, eu não posso me esquecer da minha Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Não tem jeito de esquecer, porque acho que metade da Comissão é baiana.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - O Relator se lembrou do Pará, mas se esqueceu da Bahia.



**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Eu quero dizer a V.Exa. que a Bahia não pode ser esquecida, porque ela nunca deixou de estar no coração de todos aqueles que amam o nosso País.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Nada mais a dizer, Presidente. Muito obrigado. Vamos agradecer, porque foi bem contemplado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

Isso, sem dizer que o nosso Mato Grosso está...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Mato Grosso do Sul. Mato Grosso é o que está contemplado. Agora vamos discutir o Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente Arthur Lira, gostaria também de reconhecer o trabalho hercúleo de V.Exa. e do Relator, para que possamos hoje ainda entregar ao País o Orçamento do ano que vem. Apesar de toda essa conjuntura difícil que nós estamos vivendo, o esforço de V.Exas. e o esforço de toda a Comissão foi deveras louvável para que pudéssemos apresentar o trabalho final hoje.

Quero aqui reconhecer o trabalho do Relator em atender as bancadas do Centro-Oeste, principalmente na questão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, assim como as bancadas do Norte e Nordeste, já que na lei originária nada veio para esse fundo. Logicamente, esses fundos são imprescindíveis para que continuemos a contribuir para o País. Houve, portanto, a ponderação das bancadas e o acatamento do Sr. Relator

Sr. Relator, eu estou apresentando dois destaques na área da saúde pública do Estado do Mato Grosso do Sul: o 7113003 e o 71130013. O Estado se divide em três regiões. A região da Grande Dourados está agora, neste momento, recebendo aportes trabalhados pela bancada, pelo Governo do Estado, para iniciar a construção...

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Sr. Presidente, nós teríamos que fazer aqui uma regra para eu não ser descortês com quem fala, nem com quem me procura.

Eu queria pedir aos companheiros que aguardem. Eu estou prestando atenção na fala de quem está com a palavra, dirigindo-se ao Relator, e não posso



ser deselegante com o companheiro que aqui vem. Eu queria apenas um ordenamento, porque senão vou ficar mal, ou com V.Exa., ou com quem aqui está me procurando.

Por favor, pode prosseguir. Desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - São os Destaques nºs 14 e 15. Nós temos três regiões. Uma está carente de espaços públicos para atender melhor a saúde, e a região da Grande Dourados congrega quase a metade do Estado.

O Governador e a bancada direcionaram recursos este ano, já empenhados, para a primeira etapa da construção do Hospital Regional de Dourados e do Hospital da Mulher e da Criança, também em Dourados.

Os recursos que nós queremos garantir são para a segunda etapa. Eles saíram muito pequenos no relatório, mesmo depois da recomposição. Nós estamos apresentando dois destaques.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Ajude-me, por favor, porque a assessoria não vai conseguir fazer o que vou lhe pedir.

Só para V.Exas. terem uma ideia, até o momento já entraram 218 destaques. Eu tenho que ter a informação de quanto foi atendido em cada relatório setorial, de quanto foi complementado pelo coordenador e de quanto foi complementado pelo Relator-Geral, para que eu tenha a informação geral.

Se cada um dos senhores já der a informação no destaque, fica mais fácil, porque o pessoal está tendo que acionar os computadores para poder ir atrás dessas informações. V.Exas. têm essas informações. Se puderem me dar o que foi acatado pelo Relator Setorial, o que foi adicionado pela bancada e o que foi adicionado pelo Relator-Geral, em cada um dos destaques, fica mais fácil.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sim, nós vamos encaminhar os dados, tenho tudo aqui.

No relatório inicial, foram acatados 5 milhões de reais. Depois, o coordenador da bancada recompôs o valor de uma, que foi para 7 milhões e 665 mil reais, e o valor da outra foi de 4 milhões de reais para 7 milhões e 665 mil reais. São as emendas 7113003 e 71130013.





Nós precisamos de uma recomposição, tendo em vista que a primeira etapa já está garantida com recursos do Orçamento deste ano, mas precisamos da segunda etapa.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Eu preciso dizer uma coisa a todos os companheiros. As emendas de bancada não impositivas são inúmeras, e algumas regiões do País fizeram pleitos de recomposição de programas robustos do ponto de vista financeiro.

Então, o que fizemos para não desequilibrar o quadro, para distribuir com justiça os recursos? Para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nós tivemos uma recomposição — e o Senador Waldemir Moka sabe disso — de 2 bilhões e meio milhão de reais, fruto do embate político que geramos, porque tinham cortado o FDCO. Além disso, nós recompomos a questão do FIEEX — Fundo de Incentivo às Exportações, foram mais 1,9 bilhão de reais. E atendemos, além das impositivas, a algumas emendas de bancada que chegaram a nós como prioridade de um conjunto de Parlamentares. Eles se reuniram, vieram até nós e apresentaram as emendas em conjunto. E eu sei, por exemplo, que por Tocantins e Goiás alguns apelos foram feitos, e eu os tenho de cabeça, e outros foram feitos por Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, relacionados à infraestrutura, etc.

Agora, quando V.Exa., Deputado Geraldo Resende, destaca duas emendas e me pede uma recomposição de duas emendas, é preciso que se apresente o contexto em que essas duas emendas estão. O contexto dessas duas emendas está numa região — nós conseguimos recompôr boa parte do FDCO. Conseguimos aprovar, pela primeira vez, no Orçamento, com recursos orçamentários, fonte, rubrica, etc., a questão dos incentivos às exportações, e fizemos inúmeros rateios de recursos não impositivos pelas diversas emendas que já foram atendidas.

Aqui, por uma técnica que as bancadas adotaram, destacaram-se todas as emendas em que querem colocar mais recursos. Eu não tenho esses recursos. A fonte agora está exaurida. Seria preciso, então, que tivéssemos um *modus operandi*.

O Deputado Geraldo Resende apresentou 2 destaques, mas o nosso Senador Waldemir Moka apresentou 13 destaques, todos da mesma região. Com os dois do Deputado, nós temos, portanto, 15 destaques de 15 emendas do Estado do Mato Grosso do Sul, e obviamente teremos que ter um entendimento de procedimento.



As emendas de destaque que o Mato Grosso do Sul tem como prioridade são essas duas, Senador Moka?

**O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA** - Senador Eduardo Braga, eu vou responder e dar uma explicação. V.Exa. destinou a Mato Grosso do Sul 31 milhões de reais. O que o coordenador fez? As emendas que já estavam contempladas com recursos, vamos dizer, 10 milhões de reais, 8 milhões de reais, eu não coloquei. Em compensação, os 31 milhões de reais eu distribuí, de tal forma — pode olhar no relatório — que não houve nenhuma emenda de bancada do Mato Grosso do Sul que ficou com menos de sete milhões trezentos e poucos...

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - ...seiscentos e sessenta e cinco mil.

**O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA** - Então, veja que eu fui o mais justo possível: quem já tinha conseguido 10 milhões de reais ficou com esses 10; quem tinha 3 milhões de reais ficou com 7; quem tinha 5 milhões de reais ficou com 7.

Agora, Senador Eduardo Braga, com a experiência, como V.Exa., de quem já presidiu esta Comissão, eu acho que nós tínhamos que votar o texto, respeitados os destaques. E aí V.Exa. vai se reunir com o coordenador para chegar a um consenso sobre essas 15 emendas.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - O que eu queria saber era quais são as prioritárias para que possamos...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Só para finalizar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Eu já volto a palavra a V.Exa. Eu queria aproveitar o momento para normatizar essa discussão, senão nós vamos nos alongar no que esta Presidência já propôs. Havendo acordo para votar o texto, nós suspenderemos a reunião e iremos para a discussão com as bancadas, coordenadores, membros, com relação ao procedimento dos destaques, sabendo sempre do que é possível, do que não é possível, do que já aconteceu com cada setorial, com cada bancada e com o Relator-Geral.

Vou passar a palavra a V.Exa., Deputado Geraldo Resende, e pediria só um encaminhamento, para que não nos arrastemos muito no debate neste momento.

Então, passo a palavra ao Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Tudo o que o Senador Eduardo Braga falou nós reconhecemos, e seu trabalho também. Reconhecemos que ele foi



muito generoso ao contemplar (*ininteligível*) do Mato Grosso do Sul, tão bem conduzido pelo nosso coordenador, Senador Waldemir Moka.

Para finalizar, Sr. Presidente, cito também a questão da SUDECO — Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. A SUDECO veio desprovida de recursos para empreender várias ações, e ela é importante no Mato Grosso do Sul. Então, não há só a questão do FDCO; várias ações vieram com recurso zero.

Nós vimos aqui o esforço que V.Exa. fez, Senador Eduardo Braga, recompôs, numa rubrica de promoção do desenvolvimento regional e nacional... Onde no PL víamos zero recurso, V.Exa. botou 660 milhões de reais. Nós gostaríamos que pelo menos 10% desse recurso fosse remanejado para ensejar à SUDECO oportunidade de fazer algumas ações que ela precisa fazer, sob pena de não ter nenhum recurso para aplicar no Mato Grosso do Sul, a não ser...

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Esse recurso, 650 milhões de reais, é o PAC do desenvolvimento regional.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - São 660 milhões.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - O que ficou acertado naquele dia com o Ministro Dyogo não foi tirar dinheiro do PAC para colocar nisso. Ele, ao longo do ano de 2017, faria, juntamente com o Superintendente da SUDECO, suplementações para que este pudesse ter recursos para a operação da SUDECO em determinados planos. Eu até liguei para o Senador Moka quando recebi, depois de uma reunião, determinado ofício.

Portanto, eu retirar recurso de PAC para colocar para custeio de operação é complicado. Agora, há compromisso do Ministro Dyogo de colocar esse recurso e atender ao pleito da SUDECO.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - É isso, Sr. Relator.

**O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA** - Eu só quero, Sr. Presidente, ratificar o que o Senador está dizendo. Mas eu, também, não tenho como impedir que os Parlamentares façam o seus destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - É lógico. Isso vai ser resultado da discussão geral e dos critérios que serão adotados.



Devido à extensa lista, eu vou ser absolutamente rigoroso com o tempo. Peço perdão a todos, às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Deputado Cleber Verde.

**O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE** - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V.Exa. e o nobre Relator. Todas as vezes que o procurei, na condição inclusive de Relator Setorial da indústria, comércio e serviço, ele me atendeu prontamente.

Quero agradecer inclusive a aprovação que tivemos aqui de quatro destaques nossos. Cito um deles. Nós tivemos o privilégio de ter o apoio, o acolhimento do nobre Relator. Ele alocou recursos para a infraestrutura da pesca com um destaque nosso, alocou também recursos para o monitoramento da atividade pesqueira, o que eu agradeço muito. Agradeço não só em meu nome, mas em nome do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, pelo acolhimento do nosso destaque, que V.Exa. o acolheu nas preliminares inclusive, alocando 80 milhões para o INMETRO.

Registro, para que esta Comissão tome conhecimento, que, de cada real investido no INMETRO, 4 reais retornam para os cofres da União.

Agora, faço questão de fazer um esclarecimento para V.Exa., nobre Relator. Como Relator Setorial, eu tive a oportunidade de participar de uma reunião no Palácio com os seguintes órgãos: CSB, CTB, CUT, Folha Sindical, MST, UGT, DIEESE, MBC, CNA, CNC, CNCOOP, CNF, CNI, CNT E IPEA. O Ministro também solicitou essa reunião.

Eu tive apenas 20 milhões de reais para atender as emendas de Comissão e emendas de bancada. Dessas emendas, eu aportei 10 milhões para o Portal Único. Registro que esse Portal Único é um apelo do Fórum Nacional de Desenvolvimento Produtivo. Faço o seguinte esclarecimento, nobre Relator: os recursos destinados para o Ministério da Indústria vão direto para o Ministério da Fazenda.

Os recursos para o Portal Único, Senador Eduardo Braga, vão direto para o SERPRO. Não é o Ministério que vai contratar uma nova empresa para fazer o Portal Único.

O Ministério da Fazenda, através do SERPRO, com esse montante que foi já registrado pelo Fórum Nacional de Desenvolvimento Produtivo, solicitou desta



Relatoria 35 milhões de reais. Infelizmente, eu só tive 20 milhões. Aloquei 5 milhões para a emenda de bancada de V.Exa., 5 milhões para emenda de bancada do Estado de Roraima e 10 milhões apenas para esse Portal Único. Já são 10 milhões.

Eu queria só fazer esse registro, para que, na medida do possível, considerando-se que V.Exa. pode fazer algum adendo ainda no seu relatório, V.Exa. faça algum acréscimo possível desses recursos.

V.Exa. colocou, a pedido deste Deputado, aprovando uma emenda de destaque nossa, 15 milhões para o monitoramento da pesca. Eu conversei com o Secretário Nacional da Pesca, que me disse que 3 milhões para este ano são suficientes para o monitoramento.

Então, apelo para V.Exa. no sentido de que faça um adendo ao vosso relatório, acrescentando mais 12 milhões para o Portal Único, tirando dessa emenda. Isso será muito importante para a indústria brasileira, porque diminuirá o tempo de exportação e importação.

Esse é o apelo que faço a V.Exa. Fiz questão de usar a palavra. Já fiz vários apelos, e faço, mais uma vez, esse apelo a V.Exa., considerando apenas o remanejamento de um recurso, que já estava alocado, para outro, caso V.Exa. entenda que é possível.

Agradeço a V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Cleber Verde.

Concedo a palavra à Deputada Leandre.

**A SRA. DEPUTADA LEANDRE** - Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a todos! Quero cumprimentar o Relator e parabenizá-lo por essa difícil tarefa de construir o relatório com tantas emendas e tantos pedidos.

Eu gostaria de fazer uma ressalva, justificando o pedido feito pela Comissão de Seguridade Social e Família, que trata de destaques referentes ao MAC para 2017.

V.Exa., juntamente com o Relator Setorial, conseguiu alocar 200 milhões de reais, porém, a nossa Comissão entende — e já conversamos com o Ministério da Saúde — que serão necessários, no mínimo, 900 milhões de reais para o



atendimento do MAC, em 2017. Temos um conjunto de destaque bem pequeno que vai do 77 ao 118.

Senador, entendo e acredito na sua sensibilidade com relação à questão da saúde. Talvez, naquele dia em que conversamos, eu não tenha me expressado corretamente, mas precisamos fazer o Orçamento cada vez mais adequado com a realidade, para que, no ano que vem, não precisemos de créditos suplementares, para que possamos discutir aqui, em momento oportuno, os recursos que serão realmente necessários.

Sabemos o quanto a saúde é uma prioridade para todos os brasileiros. A última pesquisa do Datafolha mostrou que a saúde, de novo, é a maior preocupação do povo brasileiro. Então, vejo que isso é justo.

Relator, se nós não aprovarmos, nesta semana, o PLN 30, que tem um crédito extraordinário, haverá um atraso no pagamento do MAC dos Municípios.

Então, é lá na ponta, onde vive a comunidade brasileira, que as pessoas sentem os reflexos do nosso trabalho.

Por isso, naquele dia, falei para V.Exa. que temos que fazer um orçamento real, prevendo todas essas necessidades. Tenho certeza absoluta de que se nós não encontrarmos uma forma de atendermos a esse destaque, no próximo ano, enfrentaremos realidade como essa, que, aliás, acredito que não é interesse de ninguém muito menos da sociedade brasileira.

Quero, ainda, parabenizar V.Exa. o excelente trabalho que foi feito. Entendemos a dificuldade que V.Exa. tem de acomodar todos os pedidos, todas as demandas. Parabéns pelo seu trabalho, pelo seu esforço, principalmente pelo seu interesse de atender ao pedido de cada Parlamentar nesta Comissão.

Muito obrigada.

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Sr. Presidente, só um esclarecimento.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Permita-me responder à Deputada.

Em seguida, V.Exa. faz o esclarecimento.

Deputada, eu concordo com a colocação de V.Exa., mas preciso trazer a lume situações que preocupam todos nós. Deputada, V.Exa. sabe quantas UPAs estão prontas, equipadas, sem funcionar neste País? Cento e setenta e oito UPAs. V.Exa. sabe quantos hospitais estão prontos, equipados e, há pelo menos 3 anos,



sem funcionar neste País, porque não há verba de manutenção e custeio? Pelo menos, umas cinco dezenas.

Existe uma cidade no Ceará chamada Quixeramobim. Quem é cearense e representa o Ceará conhece Quixeramobim, onde há um hospital regional com 80 leitos prontos, equipados, há pelo menos 2 anos, mas não funciona, porque não tem custeio e manutenção. Isso não é MAC, desculpe-me!

Nós temos que criar mecanismos para que o custeio e a manutenção dessas unidades sejam viabilizadas e essas unidades que sofreram investimentos públicos não sejam destruídas, porque estão abandonadas. Quando nós optamos pelo investimento em incremento de MAC, pela Rubrica nº 4.525, foi exatamente para dar ao Ministro da Saúde, à equipe técnica, à bancada da Saúde e aos Parlamentares um instrumento para acabar com essa desigualdade.

Nós estamos com 340 outras UPAs inacabadas, onde milhões e milhões de reais de dinheiro público da saúde foram investidos, Agora, a senhora sabe quanto tem no teto do MAC nesse PLOA? Quarenta e quatro bilhões de reais — 44 bilhões de reais!

Então, eu concordo com V.Exa.

Agora, nós estamos diante de uma situação. Nós estamos construindo UPAs e não estamos colocando UPAs para funcionar. Nós estamos construindo hospitais e não estamos colocando hospitais para funcionar. E, sem o funcionamento dos hospitais, eles não demandam da MAC. Para poderem ser credores de serviço no MAC, eles precisam entrar em funcionamento. Então, ele tem uma fase, que é uma fase anterior a ela, que precisa ser atendida. Isso é Média e Alta Complexidade também.

Portanto, quando nós colocamos os 800 milhões de reais — e, na realidade, não são 800 milhões, mas 1 bilhão e 200 milhões de reais em Média e Alta Complexidade e incremento de PAB —, foi para que nós pudéssemos tirar da situação de verdadeiro desespero milhares e milhares de brasileiros que não estão tendo acesso à saúde, porque os hospitais não estão funcionando. E não estão funcionando porque não têm recurso para custeio!

Então, Deputada, ontem, eu disse ao Ministro e aos técnicos do Ministério da Saúde que tenho todo o interesse, enquanto homem público, enquanto brasileiro,



enquanto Senador da República, de apoiar o incremento de recursos na saúde. Mas os incrementos nos recursos da saúde não podem ser só no topo da pirâmide, e não podemos deixar, aqui embaixo, o povão excluído do acesso básico à saúde.

Eu vou dizer uma coisa à senhora. Nós temos 44 bilhões de reais no teto de MAC na saúde pública e não temos 1 centavo para produzir penicilina. Os hospitais públicos estão sem penicilina. Penicilina é o antibiótico mais barato produzido pela tecnologia fármaca. E sabe o que isso significa? Nós não estamos combatendo a sífilis. E, ao não combater a sífilis, uma geração de brasileiros está nascendo com problemas por causa de sífilis, em pleno século XXI! Alocamos 200 milhões de reais para o combate à sífilis.

Da mesma forma, em pleno século XXI, tendo 44 bilhões de reais no MAC, nós não temos dinheiro para combater hanseníase, lepra, na Amazônia. Dois por cento do povo do meu Estado e da minha região, do Estado do Pará, do Estado do Amazonas, contraem hanseníase. Essa é uma doença negligenciada pelo povo brasileiro e pelas políticas públicas brasileiras.

Tuberculose, da mesma forma. Alocamos 300 milhões para tuberculose, para hanseníase, para febre amarela, para malária, para dengue, para *chikungunya*, para zika, porque não adianta a gente concentrar todo o nosso recurso na MAC, enquanto o nosso povo está morrendo, com uma geração de brasileiros com problemas de saúde.

Eu quero dizer à senhora que, se nós tivéssemos 50 bilhões a mais para colocar na saúde, nós aplicaríamos com o maior prazer do mundo. Agora, acredite: o esforço que nós estamos tentando fazer é de criar um instrumento inovador dentro do Ministério da Saúde para que acabemos com essas desigualdades, em que criamos brasileiros de duas classes: um brasileiro que está dentro do MAC e consegue fazer tomografia computadorizada e um brasileiro que não consegue ter aplicação de penicilina para poder curar a sífilis.

Existem essas desigualdades, Deputada. Eu sou um aliado da luta daqueles que entendem que a saúde pública precisa ser uma prioridade. E demonstrei isso nesse Orçamento. Só vou dar um exemplo a mais para a senhora.

O Brasil tem hoje uma fila vergonhosa de cirurgias eletivas. Existem brasileiros que estão ficando aleijados, porque tiveram uma fratura de rótula ou de





tornozelo e não conseguiram ser atendidos pelo SUS. A calcificação dos ossos aconteceu, e eles estão, lamentavelmente, destinados a ter uma seqüela definitiva. Pois bem, nós estamos colocando 300 milhões de reais para mutirão de cirurgias eletivas, para zerar a fila dessas cirurgias.

Portanto, o teto do MAC tem 44 bilhões de reais. Não dá para dizer que 800 milhões de reais vão inviabilizar o teto do MAC. Só esse PLN, que nós estamos votando agora para a saúde, está colocando 1,7 bilhão de reais a mais no Orçamento de 2016 da saúde.

Portanto, é um apelo que eu faço a V.Exa. Eu sei que V.Exa. apresentou vários destaques. Eu defendo isso com a convicção de quem está querendo fazer o melhor para aqueles que estão mais excluídos e para aqueles que precisam ter acesso a uma saúde a que hoje eles não têm acesso.

Eu tenho tentado ajudar a colocar 174 UPAs para funcionar. Acabamos de ver um acidente com o avião que caiu com os jogadores da Chapecoense. Eu senti muito orgulho do atendimento que eu vi os colombianos darem às vítimas brasileiras no acidente, que aconteceu lá na Colômbia. Tomara que nós tenhamos as nossas UPAS funcionando, para que possamos dar atendimento quando os brasileiros precisarem dentro do território nacional, como eles deram na Colômbia.

Portanto, lamento a perda da vida dos brasileiros, mas nós vimos que a Colômbia tem um atendimento na saúde que nós não temos em muitos Municípios brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Deputada Leandre, mais alguma coisa? (*Pausa.*) Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - Sr. Presidente, Senador Arthur Lira; Relator-Geral, Senador Eduardo Braga; Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu quero, primeiro, agradecer ao Deputado Sergio Souza, que permutou a sua vez comigo. Tenho um compromisso agora e gostaria de fazer aqui uma observação dos destaques que fiz ao Relator-Geral.

Mas depois da fala de V.Exa. em resposta à Deputada, eu concordo com V.Exa. em grau, número e gênero. É lamentável que se tenha que disponibilizar esses valores para a Média e Alta Complexidade, porque a população brasileira não



é atendida na medicina preventiva. Então, chega-se a necessitar de atendimento de alta complexidade, como, por exemplo, de uma hemodiálise, porque não se detectou o aumento da glicose a tempo de fazer o tratamento para não se chegar à hemodiálise, não chegar à máquina. E assim ocorre com outras doenças que são silenciosas, como a pressão arterial, que leva ao AVC.

A Deputada falou do gasto *per capita* dos procedimentos de média e alta complexidade. Eu não consigo entender como é feita essa listagem do gasto *per capita* dos Estados. Parece que há, eu diria, uma falta de vontade, para não usar outra palavra, comparar com o Estado de V.Exa., com o Amazonas. Eu vou fazer uma referência aqui: em 2012, o Pará foi o último; o Amazonas não foi o penúltimo, foi o antepenúltimo. Em 2013, o Amazonas foi o último, o Pará foi o penúltimo. Em 2014, o Pará foi o último, o Amazonas foi o penúltimo. Em 2015, o Amazonas foi o último; o Pará, o penúltimo. Em 2016, o Pará foi o último, o Amazonas, o penúltimo. E agora, em 2017, o Pará é o último, e o Amazonas o penúltimo.

Então, eu não entendo como é feita essa distribuição. Todos os anos temos que contar com a boa vontade e o entendimento do Relator-Geral para que possamos fazer uma correção para colocar o Estado numa situação... Não tenho pretensão de ter a maior dotação *per capita* do País, mas quero estar na média, pelo menos.

E quero dizer a V.Exa. que, no Estado do Pará, há uma rede de média e alta complexidade regionalizada. O Tesouro gasta 120 milhões por mês pagando serviços que deveriam ser ressarcidos pela União e não o são.

Com relação aos destaques que apresentei, Senador Eduardo Braga, do nº 18 ao nº 33, eu só pediria a V.Exa... Já vi a dificuldade de remanejamento. Vou procurar alcançar um entendimento na bancada, para que possamos fazer um remanejamento e atender com recursos os Destaques nºs 29 e 30, que dizem respeito exatamente a custeio da área da saúde.

Então, vamos aprovar o Orçamento Geral, e, quando for para votação no Congresso, nós faremos as adaptações necessárias.

Quero, ao encerrar, parabenizar o Presidente Arthur Lira pela competência que demonstrou ao longo de todo o processo de aprovação do Orçamento da União para 2017. Quero parabenizar também os Relatores Setoriais, e o Relator-Geral,



Senador Eduardo Braga, que tentou fazer milagre. O cobertor é curto: quando ele o puxa para a cabeça, falta para os pés; quando puxa para os pés, falta para a cabeça.

Senador Eduardo Braga, V.Exa. diz que não utilizou 5 bilhões, se não me falha a memória, porque queria que o Orçamento fosse feito dentro da realidade da receita. Mas V.Exa. colocou um valor para pagamentos dos juros da dívida. Se Deus quiser, no ano de 2017, nós vamos ter um valor menor, pela queda da taxa SELIC, e vai haver uma sobra de recursos que nós poderemos suplementar nessa ocasião...

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Não se esqueça de que há um déficit de 139 bilhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Vamos, Senador Flexa Ribeiro. Eu pediria a compreensão de V.Exa., porque já está quase se iniciando a Ordem do Dia da sessão da Câmara dos Deputados.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - Eu já complemento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Nós estamos com o horário espremido. A Ordem do Dia da Câmara dos Deputados começa daqui a 50 minutos.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - Nós temos sessão do Congresso Nacional agora, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Não, haverá a Ordem do Dia da sessão da Câmara dos Deputados. Acho que a sessão do Congresso Nacional é à tarde. Falo da Ordem do Dia da Câmara. A Câmara está tendo sessão, e a Ordem do Dia dela começa em 50 minutos. Por isso eu estou pedindo para V.Exa. ser breve.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - Então, está bem. Só quero dizer ao Relator-Geral que fique atento a essa sobra de recursos que haverá da diminuição da taxa de juros. Espero que nós possamos fazer esse remanejamento, só para 2017.

Parabéns, Senador Eduardo Braga!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado.

**O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO** - E não se esqueça do Pará no dia de amanhã.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Izalci Lucas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção do Relator e também dos nossos Parlamentares.

Relator, Senador Eduardo Braga, o Distrito Federal sempre foi e continua sendo muito dependente da União. Nós conquistamos a autonomia política, mas alguns órgãos continuam vinculados à União. *(Pausa.)*

Peço 1 minuto, Sr. Senador, porque o assunto aqui é muito relevante.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Eu estou prestando atenção em V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Nós ficamos com algumas distorções. O Ministério Público e o Tribunal de Justiça dos Estados têm como recorrer ao orçamento estadual; o Distrito Federal não. Aqui, recorre-se à União. Então, há essa distorção que precisa ter, realmente, um tratamento diferenciado. Eu sei que V.Exa. já está atento a isso, mas eu quero reforçar um pouco mais.

Por exemplo, em 2014, nós destinamos 17 milhões para iniciar uma obra do Ministério Público do Trabalho, que já está em mais de 60% concluída. Neste Orçamento, agora, destinaram-se 17 mil reais. Nós precisamos complementar, senão a obra vai parar e não haverá como complementá-la. Sempre nós conseguimos colocar o recurso aqui. Então, há uma emenda, um destaque do Ministério Público do Trabalho.

Da mesma forma, há o caso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Agradeço a V.Exa., que já o acatou parcialmente. Eu fiz um destaque complementar, que trata de caso semelhante. Eles não têm como recorrer ao Tribunal de Justiça do Estado, porque aqui o Tribunal de Justiça é da União. Então, também há esse destaque.

Há outro destaque, do Ministério Público. Parece que V.Exa. já o atendeu também. Essa é uma obra à qual nós destinamos 10 milhões no ano passado e que está quase concluída, mas também foram destinados apenas 17 mil reais.

Então, eu faço um apelo a V.Exa.



Com a Polícia Civil acontece da mesma forma. Ela é vinculada à União. Aqui há o Instituto Médico Legal — IML, que é uma obra fundamental. Nós não temos na Capital o IML.

Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que destinasse recursos, parcialmente, do destaque da Polícia Civil com relação ao IML.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Qual é o número dessa emenda?

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - O relativo ao IML é o Destaque nº 52. A Emenda é a nº 7.108, de 2015. O valor que nós solicitamos era 70 milhões de reais, e foi alocado somente 1 milhão.

À Universidade de Brasília, com o Destaque nº 49, também foi destinado 1 milhão. Nós tínhamos solicitado 20 milhões, porque é necessário fazer uma troca completa da iluminação, que está totalmente problemática. Sempre conseguíamos os recursos via União. Aqui tudo é pela União, nós não temos Estado. A Capital da República tem que ter um tratamento diferenciado.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Mas já existe um recurso na rubrica geral das universidades.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas não vai atender isso aqui. Se V.Exa. tiver um pouco...

Esse é o apelo que faço a V.Exa.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Eu vou ficar na política geral das universidades.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - E os outros? O IML?

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - O IML...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - E o Ministério Público do Trabalho?

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Já está atendido.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Não, falo do Ministério Público do Trabalho.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Já está atendido.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Não, o Ministério Público do Trabalho não. Trata-se do Destaque nº 51. Há dois Ministérios Públicos: o Ministério Público e o Ministério Público do Trabalho, ambos com obras.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Está atendido no adendo.



**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ótimo!

Muito obrigado. Agradeço.

Há um remanejamento que é técnico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O Procurador do Trabalho, inclusive, está ciente do que foi atendido.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ótimo!

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Izalci Lucas.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro, para discutir.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Presidente Arthur Lira, neste momento, antes de discutir os pontos específicos, gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho desenvolvido à frente da Presidência desta Comissão.

V.Exa. teve, durante todo este período, muita paciência e um espírito conciliador realmente muito grande. Graças a essa sua competência, nós conseguimos chegar ao dia de hoje. Esperamos fechar bem esse trabalho.

Particularmente como Relator Setorial, todas as vezes que o procurei fui prontamente atendido, sempre com a boa vontade e o espírito de realmente buscar solução para os problemas.

Com relação ao Relator, Senador Eduardo Braga, sou até suspeito para falar, pela amizade e admiração que tenho pelo Senador. Creio que o relatório de V.Exa. marca também um divisor de águas para esta Comissão. Já estive nesta Comissão em outras oportunidades. Creio que neste ano nós podemos dizer que temos um Orçamento muito mais realista, como jamais tivemos. Infelizmente, durante muitos anos, o Orçamento da República, o relatório aprovado aqui era apenas uma peça de ficção. V.Exa. hoje consegue fazer realmente com que nós tenhamos algo que possa contribuir para o Brasil e com

que possa ser respeitada a vontade dos Parlamentares.

Com relação aos destaques, quero chamar a atenção de V.Exa. para o Destaque nº 176, da bancada de Minas Gerais, para a inclusão de recursos. Nós alocamos para a Universidade Federal de Lavras, mas eles serão divididos — já



está combinado com a universidade — entre todas as universidades de Minas Gerais e institutos.

O que acontece em Minas Gerais? Houve nesses últimos anos uma grande expansão das universidades e dos institutos federais, uma política do Governo passado. Se ela se sustenta ou não, não vamos começar a discutir aqui. Mas Minas é o Estado da Federação em que essa expansão se deu de maneira mais acentuada. Portanto é onde estão as maiores demandas e a maior falta de assistência.

Dessa maneira, Sr. Relator, nós gostaríamos muito que fosse atendida essa emenda, porque ela é fundamental neste momento em que todas as universidades do Brasil enfrentam crises, mas as universidades de Minas as enfrentam de maneira mais aguda por conta dessa situação que lhe expliquei. A extensão maior foi feita lá, portanto é o Estado em que se verificam realmente os casos mais agudos dessa crise que vivemos no Orçamento. Nós apresentamos a alternativa de usar o recurso da reserva de contingência do Ministério da Educação, portanto ele tem muita chance de ser atendido.

Eu gostaria de complementar a minha fala e pedir ao Presidente que depois, como coordenadores, discutamos esses destaques separadamente, porque eu creio que vai ser muito mais prático para o andamento do trabalho desta Comissão se vier já acordado para a votação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Essa já foi, por duas vezes, a orientação desta Presidência com relação ao encaminhamento desta sessão.

A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende não está presente.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho, que permutou com o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiro agradeço a V.Exa. e o parabênz pelo condução dos trabalhos na nossa querida Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Quero parabenizar imensamente o Relator Eduardo Braga, que fez um trabalho diferenciado e com diálogo. Nós todos, eu inclusive, como Relator Setorial, tive a oportunidade de sentar com V.Exa., Senador Eduardo Braga, por algumas vezes, para tratar sobre o relatório da educação. Nós inclusive estivemos com o



Ministro da Educação, tratando do orçamento da educação, que ficou superior ao orçamento do ano anterior e está acima inclusive da inflação.

As bancadas todas foram bem atendidas. Um ponto ou outro, daqui a pouco, na nossa reunião de coordenação, nós vamos discutir com V.Exa., Senador Eduardo.

Quero parabenizá-lo pela forma diplomática e pela forma democrática com que V.Exa. tem atendido e conversado com todos os Parlamentares. Isso faz com que nós cheguemos a um Orçamento diferenciado e justo, que vai ser aplicado na sua integralidade no próximo ano.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para registrar a presença do ex-Governador do Paraná Orlando Pessuti, que é hoje o Diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE, no Paraná, que engloba Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Hoje no final da tarde, a Diretoria do banco terá uma audiência com o Presidente Michel Temer para discutir o orçamento do banco e também para discutir, Senador Eduardo, a criação de um fundo de desenvolvimento constitucional.

Eu vi aqui que V.Exa. defendeu com firmeza, com veemência, o aporte para os fundos constitucionais do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste — FDCO do Nordeste, do Norte. Nós temos uma luta de muitos anos para também criarmos um fundo de desenvolvimento constitucional para o extremo Sul. Hoje o Sul é uma região que, por ter como base principal a agricultura, não enfrenta a crise por que passam as outras regiões. Mas, no setor produtivo da indústria, é uma das regiões em que mais houve desemprego nos últimos meses, nos últimos anos, principalmente na indústria de máquinas, na indústria moveleira, na indústria da confecção.

A criação de um fundo constitucional de desenvolvimento, Deputado Rubens Bueno — V.Exa. defende o Paraná, assim como eu —, para o Sul também é extremamente estratégico e necessário para o controle da economia nacional como um todo, para não chegarmos a momentos como este, em que a indústria do Paraná principalmente está migrando para o Paraguai. Há dezenas, centenas de empresas paranaenses sendo instaladas no Paraguai por falta de uma política de desenvolvimento regional. Essa é uma competição muito forte que o Estado





enfrenta, além da presença forte do MERCOSUL, que atinge diretamente, nesta questão de mercado comum, a Região Sul do Brasil, especialmente os produtos agropecuários.

Quero dizer a todos os colegas que, como Relator Setorial da educação, procurei atender de forma justa e igualitária a cada um. Coloco-me à disposição, até o final do encerramento da discussão e depois da aprovação do Orçamento geral e também dos destaques, para dirimir todas e quaisquer dúvidas e chegarmos a um denominador comum, que seja bom para os Parlamentares, que seja bom para os seus Estados e suas bancadas e que seja bom especialmente para o Brasil.

Muito obrigado.

Parabenizo mais uma vez o Senador Eduardo Braga pela relatoria e o Presidente Arthur Lira pela condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Sergio Souza.

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, inicialmente eu quero parabenizar o Relator-Geral Eduardo Braga e destacar, dentre outras ações, a sensibilidade dele por ter acolhido, ainda que parcialmente, no seu Relatório Geral, o orçamento para o Tribunal de Justiça. Esse também foi um apelo nosso junto a outros Parlamentares aqui de Brasília.

Sr. Relator, o valor solicitado foi da ordem de 50 milhões e V.Exa. o atendeu em 20 milhões. Pela necessidade que nós conhecemos, apelo a V.Exa. para que encontre uma alternativa. O sonho é que fossem 50 milhões. Se não forem os 50 milhões, apelo a V.Exa. para que amplie um pouco mais esse valor, além desses 20 milhões que já estão sendo destinados ao Tribunal no seu Relatório Geral. Há pessoas concursadas e o Tribunal necessita de pessoal. Eu queria aqui fazer esse apelo inicialmente a V.Exa. (*Palmas.*)

Outra questão que eu queria destacar aqui, nobre Presidente Arthur Lira, é que já fiz minhas contas de todo jeito, acompanhando o raciocínio privilegiado de V.Exa. Ora, se V.Exa. compreende que de segunda-feira até hoje são três dias, compreendemos que, se fossem 2 dias, seria ontem; se fosse 1 dia útil, seria na



segunda-feira, ou seja, 1 minuto depois de lançar o relatório V.Exa. compreendia que o prazo já estava sendo contado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Eu conto pelos dias, e não pelas horas. Eu conto em dias, porque o Regimento fala em dias, e não em horas.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Pois é, e como se contam os dias úteis, um dia útil tem 24 horas. Então, eu quero registrar que a conta de V.Exa. não está batendo bem. A lógica da compreensão das horas, dos dias, do ano, do século não está batendo bem. Essa conta não bate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - A conta é justa, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Então, quero deixar registrado que, à luz do regulamento, seria exatamente amanhã às 13h06min. Isso é importante, porque esta Casa vai continuar, mesmo depois de nós, quando fazemos alguns...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Se ela seguir os exemplos deste ano, ela vai caminhar muito bem.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Nobre Presidente, tenho o maior carinho e respeito por V.Exa., mas nesse ponto V.Exa. está interpretando o Regimento de forma equivocada.

Sr. Presidente, Sr. Relator, nós acertamos fazer essa votação do relatório, fazendo os destaques oportunamente. Nas falas anteriores, eu observei que já foram feitas referências aos destaques.

Para efeito de registro, nós vamos fazer destaques e queremos discutir um a um de forma separada, e não global. São os Destaques nºs 181, 182, 184, 185, 219, 217; e os Destaques nºs 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47 — esses 13 são da bancada do Piauí. Já faço esse registro para que não sejam sequer incluídos na possibilidade de discussão global.

Sr. Presidente, dentro do relatório que foi apresentado, sei do esforço feito por V.Exa., diante das situações em que se encontra, sobretudo neste momento de instabilidade tamanha provocada pelo golpe. A instabilidade aprofundou a crise, porque a credibilidade internacional do Brasil está praticamente zero. Quem acompanha os jornais internacionais, sabe que isso tem contribuído imensamente para o aumento do desemprego. Eu não acredito em outra saída que não seja à luz da lei, da Constituição brasileira. Quando ela é rasgada, como o foi com o golpe,



essas situações se aprofundam, sobretudo em um governo apodrecido, envolvido em corrupção, que não tem crédito nenhum neste País.

Ainda assim, em que pese o crime da PEC da morte, que é a PEC 55, e aqueles que votaram a favor desta PEC acreditam que responderão de forma muito cara junto àqueles que estão sendo prejudicados, eu destacaria apenas o que V.Exa. abordou em sua fala: a situação da saúde. V.Exa. destacou que o aumento de 10 bilhões, em 2017, seria de certa forma uma situação positiva, o que eu também considero em um primeiro momento, mas compreendendo que os efeitos dessa PEC da morte são por 20 anos. Isso significa que, quando há esse aumento agora de 10 bilhões, que ainda é pouco para o que a saúde necessita, o País terá, portanto, a saúde congelada por 19 anos. E fica o sentimento de que as pessoas praticamente não vão envelhecer e de que não vão nascer pessoas neste País.

Eu não consigo compreender como é que um Parlamentar, seja de oposição, seja de situação, pode defender uma política desastrosa como essa, quando estamos aqui no desespero para ainda ter um mínimo de recurso para a contratação de concursados — fazemos isso na simbologia do Tribunal de Justiça, mas essa tem sido uma luta nossa no Brasil inteiro. Durante 20 anos, não haverá concurso, não haverá novas perspectivas, diante do que está sendo aprovado.

Então, Sr. Relator, quero apenas registrar que não podemos comemorar esse aumento de 10 bilhões para a saúde — é importante que se registre isso. A situação tem que ser apresentada como um todo. Esse é o último aumento que a saúde receberá, conforme a PEC. E durante 19 anos não haverá concursados; faltarão medicamentos, médicos, leitos hospitalares; pessoas com transtorno mental morrerão no meio da rua; pessoas estarão com a mão estendida, pedindo esmola, pelo amor de Deus.

É isso que a PEC da morte representa para o povo brasileiro. E nós não podemos aplaudir uma situação como essa, porque isso trará um prejuízo muito elevado para o povo brasileiro como um todo.

Queria fazer esse registro depois do que disse o Relator sobre o aumento de 10 bilhões para a saúde, que é louvável. Nós o aplaudimos, mas compreendemos que teremos 19 anos de dor, de sofrimento, de lágrimas e ranger de dentes, por conta da PEC da morte.



É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Assis Carvalho.

Eu volto a pedir a compreensão dos Srs. Deputados em relação ao cumprimento do tempo. Nós temos menos de meia hora para terminar a discussão e fazer a votação. Em seguida, suspenderemos a reunião e passaremos para as conversas com os coordenadores.

Concedo a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Cumprimento o Presidente, o Senador Eduardo Braga e todos os demais colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Eu vou tratar do Orçamento na lógica do discurso proferido pelo Senador Eduardo Braga, de modo muito especial da área de saúde.

Quero dizer ao Senador que, além do reconhecimento feito pelo Deputado Assis Carvalho ao comportamento de V.Exa. diante do Governo da Presidenta Dilma e do Governo do Presidente Lula, reconheço a sua diplomacia, a maneira como nos acolheu em todos os momentos para que nós pudéssemos debater o Orçamento.

Tratando especificamente da saúde, no seu discurso está a mais evidente e a mais efetiva reivindicação no sentido de que não basta a aprovação da PEC 55. O que deveria estar no seu discurso, de maneira consistente, efetiva, para cumprir os ensinamentos “paulo-freirianos”, é a necessidade de votarmos e aprovarmos a PEC 01, que estabelece um limite maior de recursos para a saúde.

Há mais de cem unidades de pronto atendimento e vários hospitais prontos, acabados, que não serão atendidos, mesmo considerando esse acréscimo. E, a partir de 2018, 2019, vai-se estabelecer uma barreira intransponível. Eduardo Galeano utiliza o termo “utopia” como a força motriz da nossa caminhada rumo à evolução. A PEC 55 antepõe uma barreira intransponível, que não vai nos permitir caminhar, sonhar e ter utopia no sentido de se investir mais e melhor no setor da saúde.

O que V.Exa. coloca também nos desafia — e eu entendo que o Congresso Nacional tem que assumir este desafio: não só tratar do conteúdo, da quantidade de recursos, mas também dos métodos de aplicação desses recursos.



São inaceitáveis cobranças para que nós possamos garantir um transplante de coração ou de pulmão, que, às vezes, chega a 1 milhão de dólares, e faltar dinheiro para as doenças negligenciadas. É inconcebível nós vermos ainda no País crianças morrerem por falta de atendimento básico; pessoas morrerem ao entrar nos hospitais pelos serviços de urgência e emergência e por falta de atendimento na área de cirurgias eletivas. Isso é inaceitável! E nós continuamos fazendo esse discurso, que não se transforma em práticas efetivas.

A saúde precisa de mais recursos financeiros e de mais recursos humanos. É preciso melhorar os métodos no setor de saúde. Essa é a primeira consideração que eu quero fazer.

Quero dizer também que, enquanto Relator ou Sub-Relator do orçamento para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, eu nem atendi a própria Comissão de Orçamento. V.Exa. teve a oportunidade de ver que contrariei aqui o Presidente, que generosamente tem nos acolhido, ao não atender uma emenda orçamentária da nossa Comissão por achar impossível atendê-la, diante dos recursos disponíveis.

Mas eu quero dizer a V.Exa., Senador Eduardo Braga, que a solicitação encaminhada pela nossa Comissão do Orçamento, pelo Presidente Arthur Lira, é absolutamente legítima e necessária. Não a atendi porque não tinha condições de fazê-lo, mas entendo que V.Exa. teria condições de generosamente apoiar a emenda no sentido de colocar mais recursos para o INCRA, dentro da lógica da reforma agrária. O INCRA merece muito mais do que aquilo que eu poderia oferecer. Por isso, eu não a atendi. Atender com 1 ou 2 ou 5 cinco milhões...

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - V.Exa. deixou com 1 milhão, e nós repusemos 69.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Exatamente. Entendendo que V.Exa. tem mais recursos e mais poder, nós criamos essa janela para que possam ser atendidas as demandas da reforma agrária através do INCRA.

Então, eu também quero deixar aqui registrada essa minha consideração.

Sr. Presidente, só para concluir...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Eu já fiz esse apelo aos senhores em relação ao cumprimento do tempo, Deputado. Nós estamos com esse problema.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Tudo bem. Posteriormente, farei minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Agradeço a V.Exa., Deputado Adeldo Carneiro Leão, pela compreensão.

Com a palavra o Deputado Enio Verri.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, como eu tenho só 1 metro e 90 centímetros de altura, talvez V.Exa. tenha alguma dificuldade de me enxergar aqui.

Eu vou dividir a minha fala em dois aspectos. Um deles é o que não vai se referir a V.Exas. Infelizmente, como muitos Parlamentares se inscreveram após o assunto, eu quero fazer uma observação sobre o que foi falado por um Parlamentar, logo no início desta reunião, sobre o Partido dos Trabalhadores, do qual eu tenho a honra de ser o Vice-Líder.

Quero dizer que muito me surpreende o Deputado ter feito qualquer observação sobre o Partido dos Trabalhadores, na medida em que a Oposição nunca foi fiel aos compromissos de Estado, de Governo. Esse pseudoapoio a que se refere o Deputado que disse isso não bate com o fato de a Câmara ter aprovado o Orçamento do ano passado em maio. Ou seja, a Oposição, do então Governo Dilma, jogou sujo, rasteiro, a ponto de aplicar um golpe. S.Exa. não pode vir aqui e se comportar como em um programa humorístico, como muito bem o Deputado Arthur Lira observou — e o Presidente tem o meu respeito por isso. Não cabe a esse Deputado questionar o comportamento da bancada do PT nesta Comissão e comportar-se como um apresentador de programa humorístico, dizendo: *“Tirou daqui, ó!”* Eu acho isso um desrespeito à nossa bancada. V.Exa. teve uma postura elogiosa ao colocar isso, Sr. Presidente. E digo mais: ele não tem o direito de se manifestar sobre o nosso comportamento, tendo o partido dele o comportamento que teve nos últimos anos.



Agora, eu quero me referir à emenda. Por isso, vou esperar o Senador me ouvir. aguardo o Deputado Júlio terminar a reunião com o Senador, quando então falarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Desculpe-me, era um assunto inerente aos trabalhos aqui da Comissão. Pois não, Excelência. Desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - É o Relator agora. Eu aguardo. É só parar o tempo, não há problema nenhum. Só peço que paralisem o tempo. Eu tenho todo o tempo do mundo.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Por favor, prossiga!

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Eu quero pedir desculpa ao Deputado Júlio por atrapalhá-lo na sua intervenção.

Senador, V.Exa. tem, por parte da minha bancada, um grande respeito. Foram feitas reuniões com V.Exa., foram acatados pedidos, e por isso tem a minha admiração. A minha dúvida está ligada ao DIEESE.

Nós tivemos uma conversa, e o Deputado Paulo Azi, de forma muito elegante, me atendeu e mostrou as dificuldades dele. Quero também reconhecer o esforço dele nisso. Mas gostaria de um esclarecimento apenas.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Foi atendido o DIEESE.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - E se conseguiu atingir? Nós tínhamos uma dúvida, em relação ao DIESSE, sobre o que foi colocado pelo Deputado Paulo Azi, que era o limite que ele tinha — quero deixar claro —, mas havia uma necessidade, conversada com o Ministro do Trabalho. Foi construído esse caminho?

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Não. Eu coloquei aquilo sobre o qual conversei com o Deputado, e ele me apresentou um documento aqui. Agora, não foi a conversa que eu tive com o Ministro do Trabalho, foi a conversa que eu tive com o Deputado.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Nesse diálogo, falava-se em 5 milhões de reais. É isso, Deputado Paulo Azi? Quero que V.Exa. exponha.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - É isso mesmo!

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Havia um acordo do DIESSE com o Ministro do Trabalho, e esse valor seria de 20 milhões de reais. Isso não chegou a V.Exa.?



**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Nem ouvi falar!

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Na verdade, eu tinha essa informação. Se me permite dizer publicamente, V.Exa. já havia me alertado sobre isso. Eu não estou aqui para emparedá-lo.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Por favor, Deputado. Eu lhe falei em particular uma questão, e não vou aqui torná-la pública.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Não há essa informação?

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Agora, esse documento aqui, entregue pelo Deputado...

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Paulo Azi.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - ... foi a base para podermos atender o DIESSE, mas foi atendido.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - E foi nesse valor de 5 milhões de reais?

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Foram dois na modalidade de 50; e foram três na modalidade de 30.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - O que havia anteriormente. Não foi mexido em mais nada? *(Pausa.)*

Está bem, então! Obrigado, Senador.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente Arthur Lira!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Peço somente 1 minuto, Deputados Claudio Cajado e Paulo Azi.

Eu vou falar pela quarta vez: pelo amor de Deus, nós estamos enxugando as discussões, porque todas essas discussões retornarão na hora da apreciação dos destaques!

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - É isso que eu quero dizer, Sr. Presidente. Nós poderíamos encerrar a discussão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Eu estou aqui fazendo um apelo, pois a Ordem do Dia do Plenário da Câmara vai iniciar-se daqui a 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Eu apenas queria dizer que não faltei ao respeito.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Deputado Claudio Cajado, por favor, entenda V.Exa., nós vamos fazer essa...

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Eu não brinquei, Sr. Presidente. Ele disse que foi um programa de humor, e não é verdade. Eu fiz um elogio ao PT pelo comportamento atual e critiquei o passado, antes de eles serem Governo. Foi isso o que fiz, e reitero.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Deputado Enio Verri, V.Exa. terminou? (*Pausa.*) Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira, o último inscrito.

**O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA** - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira; Sr. Relator, Senador Eduardo Braga; eu apresentei cinco destaques, três destaques de reposição e dois destaques de bancada da Bahia. Foram reposições de recursos referentes à Ferrovia de Integração Oeste Leste, à manutenção de rodovias federais e também à construção de barragens.

Neste primeiro momento, Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, eu vou me deter no Destaque nº 144, Emenda de Bancada da Bahia nº 7106005.

Trata-se da construção de uma barragem no Município de Barra do Choça, localizado no sudoeste da Bahia. É uma barragem que tem o seu orçamento inicial de, aproximadamente, 140 milhões de reais para abastecer os Municípios de Vitória da Conquista, Belo Campo e Tremedal, com a possibilidade de também ser estendido a outros Municípios.

Esta obra, Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, foi alvo de muitas polêmicas durante a última campanha eleitoral lá no Município de Vitória da Conquista, que V.Exa. conhece, o segundo maior Município do interior do Estado, polo regional, que possui uma população de, aproximadamente, 2 milhões de habitantes.

O candidato do PMDB, agora inclusive Prefeito eleito do Município, inicialmente anunciou a aprovação de uma emenda de bancada no valor de 100 milhões de reais. Eu, como membro titular desta Comissão, surpreendi-me com a informação. Consultei o sistema, reuni-me com o Secretário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Dr. Robson, e confirmamos a inexistência da emenda.



Essa emenda, então, passou a ser reconhecida e considerada como uma emenda de 40 milhões de reais, destinada a vários Municípios do Estado da Bahia.

A partir de um processo de conciliação do Coordenador da bancada, o Deputado José Carlos Araújo, em entendimento com o Relator Setorial, o Senador Waldemir Moka, que também é do PMDB, houve uma mudança do título, da denominação. A emenda passou a ser emenda de construção de uma barragem no Município de Barra do Choça, com o que nós concordamos plenamente. O Relator Setorial reduziu o valor de 40 milhões para 9 milhões 388 mil de reais.

Eu quero inclusive agradecer a V.Exa., com quem estive reunido em seu gabinete. Apresentamos formalmente uma solicitação de recomposição para 40 milhões de reais. E V.Exa., sensível à apresentação de nossa demanda, de nossa solicitação, acresceu 15 milhões de reais. Então, dos 40 milhões de reais, houve uma ampliação de recursos para 24 milhões de reais, aproximadamente.

Eu apresentei destaque na perspectiva da reposição para 40 milhões de reais, porque a obra está orçada em 140 milhões de reais e trata-se de obra da maior relevância, da maior importância, especialmente para o Município de Vitória da Conquista. O Município vem experimentando um crescimento extraordinário. É um dos Municípios que mais cresce no Nordeste brasileiro, reconhecido, por diferentes pesquisas, como um Município próspero, que ampliou substancialmente a sua população.

Eu destacaria, Sr. Presidente, especialmente o Programa Minha Casa, Minha Vida, que já construiu em Vitória da Conquista 14 mil novas unidades habitacionais, demandando, portanto, um volume de abastecimento de água bastante significativo. A nossa região vem convivendo com uma longa estiagem, que já se estende por 5 anos, e o Município acabou tendo que adotar um processo de racionamento no que diz respeito ao abastecimento de água.

Portanto, essa barragem é da maior significação. Eu voltarei a fazer o destaque sobre ela em um momento oportuno, mas gostaria, Sr. Presidente, em 30 segundos, de já agradecer a V.Exa. o acolhimento da nossa demanda, ampliando em 15 milhões de reais. E, claro, solicito a V.Exa. a possibilidade de fazermos a reposição para os 40 milhões de reais iniciais, encaminhados e aprovados pela bancada de Parlamentares do Estado da Bahia.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Waldenor Pereira.

O relatório final...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Sr. Presidente, eu estava numa reunião fora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Deputado Júlio Cesar, eu não vou atender V.Exa. agora. Eu já comuniquei a V.Exa. isso.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Só o último, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Eu pediria a V.Exa. compreensão.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Só 1 minuto ou 2 minutos!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Não vou atender V.Exa., Deputado Júlio. Peço a sua compreensão, por obséquio, com todo o respeito. Não faremos isso agora, por favor!

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP** - Só um entendimento, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - V.Exa. ter que colocar qual é a questão de ordem, que não seja protelatória, Deputado Assis Carvalho, com todo o respeito que eu tenho a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, eu vou passar uma questão de ordem, fundamentada no Regimento desta Casa. Por que eu apresento isso? Porque ainda estou insistindo. Tenho a disposição de fazer acordo sim — tenho feito, V.Exa. sabe —, agora, sem passar por cima das normas. Estou formulando a presente questão de ordem com fundamento no art. 76 da Resolução. O referido artigo estabelece que a apreciação do Relatório Geral do Projeto de Lei Orçamentária somente terá início após a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei do plano plurianual ou de projeto de lei que o revise.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - A Mesa poderia me assegurar a palavra. Pode até se questionar depois, mas eu não aceito que outro Parlamentar aqui me tire a palavra.

A exposição de motivos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que acompanha o PLN nº 19, que altera a Lei nº 13.249, 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019, deixa claro, no item 1, que o citado projeto de lei é de revisão do PPA 2016-2019. O inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição Federal determina que as emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou aos projetos que o modifique, somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o Plano Plurianual. Ou seja, é necessário que o Plano Plurianual seja aprovado pelo Congresso Nacional para que a CMO possa verificar se as emendas apresentadas ao PLOA apresentam ou não compatibilidade com o PPA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis Carvalho, o prazo de V.Exa. está encerrado.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Estou concluindo.

O PLN nº 19, de 2016, que promove a revisão do PPA, consta da pauta da sessão do Congresso Nacional prevista para esta data.

**A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP** - É só um esclarecimento.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Nesse sentido, concluo esta questão de ordem solicitando que a apreciação do PLOA 17 somente ocorra após a aprovação do PPA 16-19, como determina tanto a Constituição Federal como a Resolução nº 01, de 2006-CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Eu vou responder à questão de ordem de V.Exa. V.Exa. já a formulou. Está baseada no art. 76 da Resolução.

Eu quero esclarecer a V.Exa. que o que foi feito de alteração no PPA não tem nenhum tipo de substância que o prejudique. Foi feita só uma adequação em relação à nomenclatura dos Ministérios.

Não é impeditiva a votação do relatório final com complementação de votos, ressalvados os destaques, nesta Comissão. Nós não estaremos aprovando o Orçamento. Se estivéssemos, ainda estaríamos obedecendo à Resolução 01/2006-



CN, porque no Plenário o relatório final do texto aprovado por esta Comissão só será votado após a votação da alteração sem relevância do PPA.

Está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de emendas.

O relatório final está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, ressalvados os destaques.

Foram apresentados, até o momento, 263 destaques.

Suspenderei a sessão até às 14 horas e 30 minutos.

Convido os Srs. Coordenadores e Líderes de bancadas na CMO a participarem de uma reunião na sala da Presidência, com a presença deste Presidente e do Relator-Geral.

Está suspensa a sessão.

*(A reunião é suspensa.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vicentinho Júnior) - Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Respeitando a Ordem do Dia que está aberta agora no Senado Federal e esperando o Relator finalizar o seu Relatório, suspendemos esta sessão até as 18 horas ou mais à frente um pouco.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Foram apresentados 263 destaques ao PLN nº 18, de 2016.

Passo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga, para proferir parecer a respeito dos destaques.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação dos Destaques nºs 53, 70, 196, 253, 260, nos valores de 5 milhões, 5 milhões, 20 milhões, 1 milhão e 10 milhões, respectivamente.

Pela aprovação parcial, Srs. Presidente: Destaque nº 3, Emenda nº 71130013, 5 milhões; Destaque nº 13, do Senador Waldemir Moka, Emenda nº 71130003, 5 milhões; Destaque nº 16, Emenda nº 71280006, 5 milhões; Destaque nº 48, Emenda nº 71190011, 15 milhões; Destaque nº 51, Emenda nº 71080011, 5 milhões; Destaque nº 52, Emenda nº 71080015, 5 milhões; Destaque nº 64, Emenda nº 71100013, 5 milhões...

**(Não identificado)** - O Destaque nº 53?

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - O Destaque nº 53, não.

Os Destaques nºs 52, 64, 85, 168, 215, 220, 236, 237 e 249 têm parecer pela aprovação parcial.

O Destaque nº 53 é o primeiro com parecer favorável.

Pela rejeição, os demais destaques, Sr. Presidente. Portanto, os Destaques nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17 — o 16 não —, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 47, 49... Aliás, números 45, 46, 47, 49, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84,



86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 215, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263.

Esses são os destaques rejeitados, Sr. Presidente.

Eu queria apenas ratificar que o voto para o Destaque nº 215 é pela aprovação parcial. Eu já li os que têm voto pela rejeição.

Agora vou falar sobre os de texto, Sr. Presidente. Eu já li os que tiveram voto pela rejeição. Agora vou ler os que têm voto pela rejeição de texto: 140, 184, 185 e 219.

Sr. Presidente, esses são os pareceres com relação aos destaques.

Eu peço vênias a V.Exa. e aos Srs. Deputados, porque, fruto do acordo e do atendimento acontecido há pouco, sob a coordenação de V.Exa., há um adendo que precisa ser submetido ao Plenário, juntamente com este parecer, com relação à rejeição e aprovação dos destaques, conforme já lido, porque não havia destaques e nós não tínhamos como fazê-lo, a não ser submetendo um novo adendo ao Plenário, Sr. Presidente.

Então, há entendimento de que constituirão Adendo de Plenário do Congresso Nacional, derivado do acordo realizado durante a apreciação de destaques ao Relatório Geral do PLOA 2017, na Comissão Mista de Orçamento — CMO. São eles:

1) Atendimentos de emendas:

Emenda 71100010. Alteração de RP 2 para RP 3;

Emenda 50240004. Atendimento adicional de R\$ 15 milhões;

Emenda 71250021. Atendimento adicional de R\$ 4 milhões;

Emenda 71250023. Atendimento adicional de R\$ 6 milhões;



Emenda 71230007. Atendimento adicional de R\$6.305.714,00;

Emenda 71230014. Atendimento adicional de R\$3.160.000,00;

Emenda 71280013. Atendimento adicional de R\$ 3 milhões;

Emenda 71280011. Cancelamento de R\$ 3 milhões;

Emenda 71100014. Ajuste de texto no subtítulo.

2) Recomposição dos sequenciais do PLOA 2017 da Unidade Orçamentária 12.101 (Justiça Federal de 1º Grau): 000101; 000098; 000099; 000149; 000123, no valor de R\$21.067.978,00.

3) Incluir, por emenda de Relator, na Ação 20YY — Estudos, Pesquisa e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda, na função UO 40.901 (Fundo de Amparo ao Trabalhador) R\$ 5 milhões, sendo R\$ 2 milhões na modalidade de aplicação 50 e R\$ 3 milhões na modalidade de aplicação 30.

Os recursos necessários para acolhimento das emendas acima elencadas serão oriundos de cancelamento correspondente na Emenda nº 50230002.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, para submetermos ao Plenário.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, solicito a palavra, antes do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Pois não, Deputado Assis Carvalho.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Nós fizemos o acordo e vamos cumpri-lo, mas eu queria apenas registrar, para conhecimento dos Deputados, que, embora tenha rejeitado o Destaque nº 184, eu compreendo, nobre Relator, apresentamos o seguinte destaque: *“V - para a recomposição do valor dos subtítulos integrantes desta Lei até o limite dos valores que constam do respectivo Projeto, mediante a anulação de dotações orçamentárias”*.

Isso foi um poder exagerado dado ao Executivo, que praticamente pode até mudar tudo. Se estamos aprovando isso aqui, é porque nós estamos dando a ele esse poder. Então, eu queria deixar esse registro.

Apresentamos também o Destaque nº 185:

*IV - para atendimento de despesas classificadas com “RP 3”:*





*a) em cada subtítulo, mediante o remanejamento de até 20% (vinte por cento) do montante das dotações consignadas ao Programa de Aceleração do Crescimento.*

Então, faço esse registro para que conste nos Anais. Esse é um valor significativo para o Executivo realizar ações tão significativas como as obras do PAC.

Diante disso, é óbvio que, dentro dos acordos feitos — apenas para efeito de registro —, Sr. Presidente, eu também quero agradecer a V.Exa. pela sua sensibilidade. Como eu registrei hoje pela manhã, todos nós estamos incomodados com o sofrimento que causou a PEC 55. Mas, enquanto ela não é aplicada, V.Exa. teve a sensibilidade de ampliar um pouco mais a capacidade de se poder admitir homens e mulheres que estudam dia e noite e que prestam um grande serviço a este País. Mesmo não sendo possível atender o pleito na totalidade, ele foi atendido parcialmente.

Eu quero, portanto, agradecer novamente a V.Exa. pela sua sensibilidade, por ter ampliado em mais 5 milhões os recursos para o Tribunal de Justiça. *(Palmas.)* Esse pleito não foi só meu — é bom que se diga isso —, mas também de vários Deputados, como o Deputado Izalci e outros que estiveram aqui presentes. E também contamos nesta tarde com a sensibilidade de V.Exa.

Portanto, queria agradecer a V.Exa. pela sua compreensão. Por conta disso, nós estamos aqui presentes para poder consolidar esse processo, que irá ao plenário. Assim, daremos a esses profissionais a oportunidade de serem chamados o mais breve possível.

Era essa observação, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer.

Para concluir, louvo a sensibilidade de V.Exa., que incluiu mais 5 milhões para essa finalidade tão justa. Estávamos também lutando aqui em favor dos trabalhadores e trabalhadoras do Tribunal de Justiça. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Assis Carvalho.

Concedo a palavra ao Deputado Bebeto. Na sequência, concederei a palavra à Deputada Marinha Raupp e aos Deputados Vicentinho Júnior e Claudio Cajado.

Tem a palavra o Deputado Bebeto.



**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, quero inicialmente saudar V.Exa. e dizer da nossa alegria por V.Exa. ter imprimido um ritmo na condução dos trabalhos desta Comissão. V.Exa. ouviu a todos com temperança política; estabeleceu um diálogo aberto, franco; construiu um consenso progressivo em torno das diversas demandas que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados apresentaram, inclusive pedindo a intermediação de V.Exa. para uma composição dos resultados que todos nós batalhamos, a fim de garantir aos nossos Estados recursos orçamentários capazes de conduzir um processo de investimento pelo Orçamento Geral da União.

De igual forma, quero saudar o nosso Relator-Geral, que tem muito, distintamente dos Relatores-Setoriais, que abarcou uma parte significativa do Orçamento. S.Exa. sozinho representou todos nós. E sei que, para dar conta das diversas demandas — e são muitas as demandas, basta verificar as emendas e os destaques —, também se impôs um ritmo de oitiva, de busca do consenso para adotar um relatório que fosse fruto do equilíbrio nesta Comissão e levar a voto o PLOA 2017.

Obviamente que, por ser uma emenda de bancada, nós disputamos, Deputado Cajado. E não poderia ser diferente, porque são duas emendas importantes para a região sul do Estado, onde se localiza a minha cidade, Ilhéus. Uma emenda para a BR-415, que nós debatemos, e outra para um importante equipamento na cidade de Ilhéus, o que resultou, portanto, num valor estabelecido de 9 milhões. Em conversa com o Relator-Geral, ele fez uma apropriação a mais do valor que já havia sido estabelecido, que não contabiliza o valor necessário, mas com o qual poderemos ter a condição de modular imediatamente a construção de um equipamento importante, que é uma central de abastecimento da cidade de Ilhéus.

Apresentei um destaque de complementação — e é isso que eu quero dizer —, mas lamentavelmente o Sr. Relator o inadmitiu. Eu creio que não foi em função apenas da falta de vontade, mas da própria escassez de recursos, dado ao limite das negociações que nós patrocinamos e ao fato de ele próprio não ter condição em seu relatório de apropriar mais esse valor destacado por nós, a fim de complementar



os recursos necessários à execução de uma obra tão importante e vital para a cidade de Ilhéus.

Mas nós avançamos, em razão da negociação que fizemos e da apropriação feita pelo Relator. Eu quero inclusive agradecer essa iniciativa, essa disposição do Relator e dizer que nós estamos absolutamente satisfeitos com o trabalho, com a condução imprimida pelo Relator a ouvir todos nós e a construir um relatório que fosse fruto do equilíbrio das demandas das diversas bancadas, dos Deputados Federais e dos diversos Estados.

Parabéns, Relator! Parabéns, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Beбето.

Com a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR** - Sr. Presidente, serei breve. Inicialmente, na mesma linha do Deputado Beбето, eu quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho realizado nesta Comissão, ouvindo Deputados e Senadores e os atendendo junto com o nosso Relator, o Senador Eduardo Braga.

Vou falar do meu Estado, o Tocantins. Quero deixar registrado nesta Comissão, neste Congresso Nacional, o carinho que o Senador Eduardo Braga teve para com o nosso Estado ao alocar orçamento para uma obra importantíssima de ligação do Tocantins com o Maranhão, que é a BR-235. Assim poderemos dar início a essa tão sonhada obra naquela região. Por isso, faço essa deferência ao Senador.

A ponte no Município de Xambioá também foi contemplada. São duas obras importantíssimas: a da BR-235, que liga o Tocantins ao Maranhão; e a da ponte no Município de Xambioá, que liga o Tocantins ao Pará.

Agradecemos ao Presidente, o Deputado Arthur Lira, ao Relator-Geral, o Senador Eduardo Braga. E queremos parabenizá-los pela sensibilidade em atender as demandas do pessoal do TJDFT, que, desde os primeiros dias do nosso trabalho aqui, vem sonhando em tomar posse após ter sido aprovado no concurso. Eles estudaram, lutaram, sacrificaram-se e, hoje, a CMO, através dos Deputados e das Deputadas Federais, dos Senadores e das Senadoras, dá-lhes condição de realizar esse sonho.



Parabéns a todos vocês por essa bela vitória. Que outras tantas possam vir, em sequência a esta demonstração de carinho e atenção da CMO.

Parabéns à nossa Comissão!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Vicentinho.

Com a palavra a Deputada Marinha Raupp.

**A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP** - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, nobre Relator, Senador Eduardo Braga, eu gostaria muito de parabenizar o trabalho de todos os membros desta Comissão e de dizer o quanto foi importante haver essa sintonia entre o Presidente e o Relator.

Quero ainda dizer, Senador Eduardo Braga, que para nós da Região Amazônica é muito importante termos V.Exa. como Relator, em 2016. Nós da bancada de Rondônia queremos agradecer todo o empenho com relação à área da saúde, em prol do Hospital Infantil Cosme e Damião, o único hospital da criança naquele Estado.

Agradecemos pela inclusão do porto, na cidade de Guajará-Mirim, que se faz necessário, sabendo que Guajará-Mirim faz divisa com sua cidade gêmea boliviana, Guayaramerín. Também agradecemos a inclusão dos equipamentos para o desenvolvimento do turismo em Porto Velho, na atividade Flor do Maracujá, e um centro de eventos em Cacoal.

Através da Comissão da Amazônia, apresentamos emendas para diminuir as desigualdades regionais.

Queremos agradecer especialmente à Comissão de Viação e Transportes, ao Presidente, o Deputado Washington Reis, ao Relator, o Deputado Milton Monti, e também a V.Exa., que entendeu que o Brasil tem uma dívida histórica com a Bolívia na integração dos dois países. Há 22 anos, como Deputada Federal, temos lutado para que o Brasil pudesse pagar essa dívida do Tratado de Petrópolis. São 113 anos. Já temos o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, o projeto básico, o projeto executivo, a licença ambiental e precisávamos de uma rubrica orçamentária de 30 milhões para licitar essa ponte de integração entre Guajará-Mirim, em Rondônia, no Brasil, e Guayaramerín, na Bolívia. Queremos agradecer a



V.Exa. por ter feito a inclusão dos 15 milhões, para totalizar o valor de 30 milhões, Sr. Relator.

Pagar dívida é necessário, mas também é importante ter neste momento o sentimento de gratidão. Por isso, queremos agradecer a V.Exas. Temos certeza de que o Ministério dos Transportes — e o Ministro Quintella Lessa esteve pessoalmente naquela região —, junto com a equipe do DNIT, do Dr. Valter Casimiro, fará a licitação.

Parabéns! Recebam os agradecimentos que faço em nome do povo de Rondônia, de Guajará-Mirim, no Brasil, e de Guayaramerín, na Bolívia.

Obrigada, Sr. Presidente! Obrigada, nobre Relator!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputada Marinha Raupp.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Senador Eduardo Braga, senhoras e senhores membros da Comissão, eu queria, com a aquiescência do Senador Flexa Ribeiro, dizer da minha enorme satisfação com o trabalho do Relator.

Eu sou, não na idade, o Deputado Caetano pode ser mais velho do que eu (*riso*), seguramente um dos mais antigos entre os membros da Comissão. E V.Exa., Senador, fez um belíssimo trabalho. Eu estou até desconfiando, porque não estou ouvindo críticas, e a unanimidade é perigosa. Mas, diante do cenário de contração econômica, de diminuição dos recursos em que nós estamos, V.Exa. conseguiu atender aos Estados e aos Parlamentares, fazendo com que a política pública da representação popular, exposta na Câmara dos Deputados, e a dos Estados Federados, exposta pelo Senado Federal, pudessem ser contempladas.

Portanto, eu confesso a V.Exa.: surpreendeu-me ainda mais positivamente o trabalho de V.Exa. E sei que esta lavra não foi só de V.Exa., mas também dos dois auxiliares estão ali sorridentes e felizes com o belíssimo trabalho extensivo a ambos.

Nobre Relator, V.Exa. está de parabéns! Em relação à Bahia, V.Exa. aumentou e muito os recursos e os Relatores Setoriais também o fizeram. Não fique com ciúme, Deputado Arthur Lira, porque Alagoas foi muito bem contemplada.



Nós tivemos recursos para a construção do prédio da Justiça Federal de Primeiro Grau em Paulo Afonso e para a construção da barragem no Município de Barra do Choça, uma luta do ex-Deputado José Thomaz Nonô e, ainda que esteja ausente, tenho que fazer justiça, também do Deputado Lucio Vieira Lima.

Ilhéus foi contemplada com o trabalho brilhante do Deputado Bebeto, que me antecedeu aqui.

O Município de Salvador também teve recursos para a área de infraestrutura turística. Na área de educação, foram destinados recursos para o FNDE, para a construção do Centro Tecnológico e para aquisição de material dos vários IFETs da Bahia. Na saúde, duas emendas impositivas destinam recursos para distribuir equipamentos para as diversas unidades hospitalares no Estado como um todo. E mais: recursos para máquinas, a fim de que possamos, em 2017, contemplar principalmente os Municípios do Sertão da Bahia, que passam por uma seca muito forte — essas máquinas podem minorar essa situação.

A bancada da Bahia está de parabéns. Não posso deixar de agradecer muito a V.Exa. pelos recursos alocados à FUNASA. Lá na Bahia, a Superintendente Estadual é a ex-Prefeita de Dias d'Ávila, Andréia Xavier, minha esposa.

Portanto, fiz o duplo trabalho, como esposo, como Deputado, e nós conseguimos alocar esses recursos e fortalecer as ações.

E agora mesmo V.Exa. recuperou para o Estado da Bahia a emenda de 10 milhões de reais, ao aquiescer ao pedido do Deputado Paulo Azi, através do Destaque nº 260.

Fico feliz, nobre Relator. E não poderia deixar de parabenizá-lo por ter atendido as demandas da Câmara dos Deputados. V.Exa. fez um corte geral, mas conseguiu recompor os recursos da Câmara dos Deputados. E foram assegurados os recursos para a funcionalização da Assessoria Legislativa, que faz um trabalho brilhante. A Câmara dos Deputados não funciona sem a Assessoria Legislativa, em especial a desta Comissão. Portanto, estendo os meus parabéns, Sr. Presidente, não apenas a V.Exa., mas a todos os funcionários e assessores da Comissão Mista de Orçamento.

Houve também a recomposição de recursos para o setor de comunicação da Câmara dos Deputados.



E tomado, não por delegação expressa, mas, tenho certeza, pelo sentimento, registro o agradecimento do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, à V.Exa. por sua atenção.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, quero pedir a V.Exa., Sr. Presidente, que nós possamos votar hoje esta matéria. E quero saber de V.Exa. quando será a sessão do Congresso Nacional, se o Presidente Renan Calheiros já a marcou ou não.

Por fim, quero fazer um agradecimento aqui. Eu acho que fui um pouco mal-entendido pelos Deputados do PT. Eu quis elogiar a postura dele. Reitero: se fui mal entendido, desculpem-me, até porque, quando eu fui Oposição, sempre tive muito respeito e admiração dos meus colegas petistas. Apenas quis fazer uma referência, porque eu acho que, no período em que eles passaram como Governo, eles aprenderam um pouquinho e melhoraram hoje na Oposição, apenas isso. Eu não fiz nenhuma crítica negativa. Pelo contrário, foi uma crítica positiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Só para corroborar o que disse o Deputado Claudio Cajado, a ideia é que, tão logo se encerre a Ordem do Dia do Senado, convoque-se para hoje ainda uma sessão do Congresso Nacional, com acordo de procedimentos já firmado, para que se votem todos os itens, inclusive o Orçamento, na noite de hoje.

Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, eu entendo que é necessário darmos velocidade a esta Comissão, inclusive na aprovação, mas não poderia deixar de dar aqui o meu parecer com relação à peça orçamentária que está colocada aqui, trabalho feito pelo Relator, Deputado Eduardo Braga, e por V.Exa. na condução da Comissão. Eu não poderia deixar de manifestar isso.

Nós sabemos que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização é a mais importante de todas que existem nas Casas. Na verdade, a habilidade de poder transformar o sentimento do Brasil inteiro, com tantos partidos como temos hoje, em uma peça orçamentária de consenso é para poucos. Por isso, é louvável e é necessário manifestar-me nesse sentido.



Eu queria fazer algumas observações com relação ao atendimento de algumas demandas. Eu solicitei ao Relator atenção especial com relação ao Fórum Mundial da Água, que vai acontecer em 2018 no Brasil. O Relator, sensível, atendeu a nossa demanda, para podermos nos preparar para receber esse Fórum Mundial da Água, que acontecerá aqui em Brasília. S.Exa. também nos deu atenção e nos acolheu em relação à SENAD, estabelecendo um fundo para que pudéssemos combater a questão da droga, que é um desastre para a juventude de todo o Brasil. S.Exa. também alocou bons recursos por parte de nossos pedidos.

Muitos falam a respeito da PEC 241, que depois virou PEC 55 no Senado, e a respeito da queda de receita na educação e na saúde. Eu tenho em minhas mãos o orçamento do ano passado para a saúde, 118 bilhões de reais. Este ano serão alocados 125 bilhões de reais. Eu não estou vendo queda no orçamento da saúde. Da mesma maneira, eu não estou vendo queda no orçamento da educação. No ano passado, teve 99 bilhões de reais o orçamento do Ministério da Educação, e estão programados 107 bilhões de reais para o ano que vem. Este é o compromisso. Muitas vezes, quando não é combatido, um discurso se transforma em verdade!

Como membros desta Comissão, é importante ressaltarmos que no ano passado — quando um Governo desastroso chegou ao final, após um processo de *impeachment* deflagrado — nós, como Oposição, votamos o Orçamento, como está sendo feito hoje. É necessário reconhecer que o Orçamento só está sendo fechado agora porque hoje o PT está compreendendo o seu papel neste momento de crise e está ajudando a fechar o Orçamento de maneira consensual, obviamente deixando colocadas as suas divergências ideológicas, mas, acima de tudo, compreendendo que nós temos um Brasil para ser superado. Deixando todas essas situações colocadas, acredito que a peça orçamentária atende.

Outra preocupação que nós sempre tivemos era ter uma peça que gerava uma receita inexistente e que depois só funcionava para que o Governo, com uma peça que poderia ser cortada, não cumprisse o que era a demanda do Parlamento. Quando se faz uma receita maior do que a existente, o Governo faz cortes em receita não realizada e acaba executando o Orçamento da maneira como bem entende. Entendo que houve aqui a preocupação de se fazer um orçamento real e que foram colocadas essas demandas.





Para não me alongar mais, deixo os meus agradecimentos, parabenizando os Membros desta Comissão, que fizeram o seu trabalho de consenso, e o estão fazendo mais uma vez. É fundamental para o Brasil, para o momento pelo qual está passando, ter apresentado antes do final do ano a sua LDO, a sua Lei Orçamentária e a Lei do Controle de Gastos, que foi aprovada ontem no Senado. Isso demonstra que, mesmo diante de tantas crises, o Parlamento cumpre o seu papel e faz a sua parte no controle desta crise, para que possamos superá-la.

Muito obrigado! Parabéns a V.Exas.!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Caio Narcio.

Tem a palavra o Deputado Junior Marreca.

**O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA** - Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para agradecer a V.Exa. e ao nobre Relator a oportunidade de estar nesta Comissão, ter aprendido um pouco aqui, ter relatado matérias importantes e ter visto contemplado o nosso Estado do Maranhão com recursos importantes para a saúde e para a infraestrutura. Enfim, fomos bem contemplados aqui. O Maranhão ficou bem contemplado neste Orçamento, graças a V.Exas. Por isso, quero parabenizar toda a equipe e o corpo técnico desta Comissão. Agradeço por terem permitido que eu participasse e aprendesse nesta Comissão de Orçamento. Parabéns! Muito obrigado por tudo! Agradeço a todos os pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Junior Marreca.

Tem a palavra o Deputado Waldenor Pereira.

**O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA** - Sr. Presidente, prezados colegas Parlamentares, eu também gostaria de parabenizar o Deputado Arthur Lira, Presidente desta Comissão, pela forma democrática e aberta com que conduziu os trabalhos, especialmente as articulações a respeito da aprovação do Orçamento.

Parabenizo também o Senador Eduardo Braga, que nos atendeu de forma democrática e aberta, acolhendo inclusive as nossas demandas. Quero fazer um agradecimento especial a S.Exa. pelo acolhimento da nossa demanda que resultou na ampliação dos recursos em 15 milhões de reais para a construção da barragem sobre o Rio Catolé, a ser construída no Município de Barra do Choça. Já destaquei



anteriormente que se trata de uma obra de 140 milhões de reais. O valor inicialmente apresentado pela bancada da Bahia foi 40 milhões de reais. Esse recurso foi reduzido para 9 milhões de reais, pelo Relator Setorial, o Senador Waldemir Moka, do PMDB.

Com a sensibilidade de V.Exa., Senador Eduardo Braga, conseguimos ampliar o recurso para 24 milhões de reais. Ainda é um recurso pequeno, considerando-se proporcionalmente o valor orçado para a construção da obra, mas representa o primeiro passo para a construção dessa obra de fundamental importância para o desenvolvimento de Vitória da Conquista e de toda a região do sudoeste da Bahia.

Faço destaque a respeito desta obra, mas quero também sublinhar o nosso empenho a respeito da recomposição de valores de outras funções programáticas, de outras demandas do Estado da Bahia, como, por exemplo, a construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste — FIOL. Ela é uma importante obra para o desenvolvimento do Estado da Bahia, uma ferrovia com previsão de 1.100 quilômetros de extensão, envolvendo o Estado da Bahia e também parte do Estado do Tocantins. Trata-se de ferrovia que pretende ser uma porta aberta ao Oceano Pacífico, para ampliar as relações comerciais do Brasil e do nosso Estado. Eu tive a oportunidade de apresentar destaque para a recomposição de valores para a continuidade da construção desta ferrovia, que já se encontra em estado adiantado, com acompanhamento inclusive do meu colega Deputado Bebeto, de Ilhéus, onde a ferrovia se inicia.

Quero também destacar o nosso empenho para a recomposição de recursos para a manutenção da malha rodoviária do Estado da Bahia. Este Estado dispõe da quinta maior malha rodoviária do Brasil. São quase 6 mil quilômetros de rodovias federais. Nós apresentamos destaque na perspectiva da recomposição de recursos para a melhor manutenção da malha rodoviária do nosso Estado.

Finalmente, a pedido do nosso Coordenador, o Deputado José Carlos Araújo, apresentamos também uma emenda de bancada relativa à conclusão da adutora de Campo Alegre de Lourdes, que já se encontra em fase adiantada de construção: aproximadamente 80% de realização desta obra. Apresentamos uma emenda inicial de 50 milhões de reais para a conclusão da primeira fase, que atende não só o



Município de Campo Alegre de Lourdes mas também Pilão Arcado, Remanso e, na sua segunda fase, também o Município de Angico. Fizemos a defesa, a pedido do Deputado José Carlos Araújo, mas também em homenagem ao nosso ex-Deputado Federal, o primeiro Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores da Bahia, o Deputado Alcides Modesto.

Quero agradecer a V.Exa., Deputado Arthur Lira, que foi sensível, assim como agradeço ao Senador Eduardo Braga o atendimento às nossas demandas. V.Exa. abriu o diálogo franco. Quero parabenizá-lo principalmente por aquilo que eu considero a virtude maior do exercício da boa política, o cumprimento da palavra. Desde o momento em que V.Exa. abriu o diálogo para os entendimentos conosco, especialmente com a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, V.Exa. cumpriu fielmente todos os acordos firmados. Eu considero importante fazer este destaque porque de fato se trata da atitude, do comportamento, da virtude mais importante de um político, o cumprimento da palavra. V.Exa., de fato, é um nordestino que honra o fio do bigode! Parabens V.Exa. por isso e agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - MUITÍSSIMO OBRIGADO, Deputado Waldenor Pereira!

Com a palavra o Deputado Padre João, meu companheiro da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania — CCJC.

**O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO** - Sr. Presidente, obrigado pela acolhida. Que saudades de V.Exa., lá da CCJC! Este ano presidi a Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Sr. Presidente, com respeito ao Relator, Senador Eduardo Braga, devo dizer que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, lamento os recursos para o ano de 2017, em razão da importância dos programas e das diversas ações. Trata-se de recurso simbólico, que não dá para atender a demandas de um Estado!

Quando nós tratamos aqui de promoção e defesa dos direitos humanos, a mensagem que veio do Governo era o valor de 5 milhões e 991 mil reais. Houve pouca ampliação. Nós fizemos uma emenda de Comissão no valor de 50 milhões de reais, mas o Relator finalmente apresentou 7 milhões de reais! Na verdade, para um



país com a complexidade que tem o Brasil, 7 milhões não dão para absolutamente nada!

Há programas tão importantes como o programa de proteção a testemunhas, o de proteção e defesa dos direitos humanos, a proteção à criança e ao adolescente ameaçado de morte, o combate ao trabalho escravo. Trata-se de um total de 26 milhões de reais para um país como o Brasil, com essa dimensão! Não dá para nada!

A nossa emenda inicialmente era de 50 milhões de reais. Estou falando dos Destaques nºs 153 até 156. Vejam bem o que ocorre em relação à demarcação e à fiscalização de terras indígenas e à proteção dos povos indígenas isolados: o Governo tinha mandado 15 milhões de reais; fizemos uma emenda no valor de 200 milhões de reais; e o Relator, no final, coloca o montante de 15 milhões! Não dá para atender o Acre! Imaginem o desafio que é o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. Quinze milhões!

O pessoal sabe dos grandes problemas que temos. Os ruralistas sabem disso e sabem que a única forma de colocarmos fim aos conflitos é aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 132, de 2015, que possibilita indenizar agricultores por terras que foram dadas com títulos de boa-fé. Isso é irrisório, Sr. Presidente!

Infelizmente, quero lamentar e dizer que há um retrocesso. O Deputado que me antecedeu anteriormente comentou sobre a PEC que foi aprovada ontem no Senado. A PEC é um retrocesso! É verdade que houve um golpe do Relator — e S.Exa. foi meu colega também na Comissão de Seguridade Social e Família —, quando ampliou os recursos ou valores para saúde e educação para 2017, mas, a partir de 2018 e ao longo dos 19 anos, vai haver menos dinheiro. A cada ano, haverá menos dinheiro.

É lamentável o que se passa com o nosso País. Há um desmonte do Estado brasileiro! E não há como fazer políticas e programas sem recursos.

Obrigado e parabéns a V.Exa. pelo trabalho!

Mas ainda apelo ao Relator: reconsidere o montante final da emenda da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Padre João.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Azi.

Na sequência, para encerrarmos e passarmos para a votação, concederei a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Agradeço a V.Exa., Deputado Arthur Lira. Vou ser muito breve.

Primeiro, Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela maneira equilibrada, competente e firme com a qual conduziu os trabalhos desta Comissão, chegando agora aos momentos finais, cumprindo todos os acordos, todos os compromissos com as diversas bancadas e com os diversos partidos que compõem esta Comissão.

Quero, também, parabenizar o ilustre Relator, Senador Eduardo Braga, pelo belo trabalho que fez, com muita paciência, procurando ouvir todos. Eu, como Sub-Relator, tive a honra de contribuir com o relatório de S.Exa. Quero agradecer pelas emendas que o nobre Relator nos brindou na Bahia, atendendo a uma obra que é de imensa importância para o nosso Estado.

Como Relator, S.Exa. alocou recursos para a execução do projeto básico, que vai propiciar, no futuro, a interligação da Bacia do Rio São Francisco a diversas outras bacias que hoje sofrem demais com a falta de água. Como exemplo, há a Bacia do Rio Jacuípe, a Bacia do Rio Vaza Barris, a Bacia do Rio Itapicuru.

É um sonho que toda essa região, um dia, poderá ter acesso às águas do Rio Itapicuru, que, muito em breve, atenderá a Estados coirmãos no Nordeste, como o Ceará, a Paraíba, Pernambuco.

A Bahia também deseja ser contemplada. Por isso, nós estamos iniciando essa luta. Já foi feito o anteprojeto. Agora, faltam recursos para que se possa fazer o projeto básico e para que se tratem das questões ambientais, como a feitura do EIA/RIMA, que vai possibilitar no futuro, se Deus quiser, o início dessa importante obra.

Também, quero agradecer pela compreensão do Relator em atender ao nosso destaque, para que fossem recompostos os recursos, Sr. Presidente, para uma obra de extrema importância para o nosso Estado, que é a duplicação da BR-101 entre a divisa do Estado de Sergipe e a BR-324.



Agradeço ao Senador Eduardo Braga. Tenho certeza de que a população de uma região extensa da Bahia saberá reconhecer a presteza de V.Exa. E, mais uma vez, quero parabenizar o ilustre Presidente pela maneira correta, séria, dedicada e comprometida como conduziu os trabalhos desta Comissão.

Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Paulo Azi.

Concedo a palavra, para finalizar, ao Senador Wellington Fagundes.

**O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES** - Sr. Presidente, eu não sei se eu começo reclamando ou agradecendo. Eu sei que a função do Relator sempre é complicada, porque atende a todo o Brasil, com as suas necessidades. Mas eu fiz aqui um destaque.

No nosso Estado do Mato Grosso, são 900 mil quilômetros quadrados. O Estado hoje contribui com grande parte da exportação dos produtos agropecuários no Brasil. Nós somos o maior produtor de soja e, conseqüentemente, o maior exportador de soja, de milho, de proteína animal.

Estamos no centro do Brasil, com esses 900 mil quilômetros quadrados. Então, basicamente, todo o escoamento da produção se dá pelas nossas rodovias. Aliás, temos a chegada da ferrovia na região sul de Mato Grosso. Inclusive, o Relator-Geral foi Governador da Região Amazônica e sabe que grande parte da produção ou de tudo que demanda lá tem que passar pela BR-163, BR-364, que é o eixo que liga o Centro-Sul a toda a Região Norte do Brasil.

Nós temos aqui duas demandas, Sr. Presidente. Uma delas é exatamente a construção da BR-174, o asfaltamento dessa estrada. Conseguimos a federalização no Governo passado. Essa obra foi iniciada, e não temos praticamente nenhum recurso no Orçamento. Daí nós ficamos entre uma e outra.

Nós temos a BR-070, que sai aqui de Brasília, atravessa todo o Estado de Mato Grosso, vai até a Bolívia. E há pontos cruciais nessa estrada, principalmente, pontos críticos, como é o caso da divisa de Mato Grosso com Goiás. Nós temos ali três cidades: Barra do Garças, Aragarças e Pontal do Araguaia, onde a BR é a principal avenida das três cidades.



Lá está sendo construído um contorno rodoviário. Só essa obra já está há 14 anos em andamento e agora temos a possibilidade da sua conclusão. São duas pontes e, com o avanço que tivemos, nós poderíamos concluir essa obra agora no ano que vem, com aproximadamente 70 milhões.

Temos outras travessias urbanas em construção, como a cidade de Primavera do Leste. Por isso, fizemos duas emendas de bancada. Uma emenda foi feita para contemplar a BR-174 e outra para contemplar a BR-070. Trabalhamos com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Para concluir, Sr. Senador.

**O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES** - Olha, o tamanho do Mato Grosso merece. Eu não gostaria, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - É porque nós construímos um acordo e nós estamos a 10 minutos do início da Ordem do Dia na sessão da Câmara dos Deputados.

**O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES** - Eu sei. Inclusive, saí agora correndo do Senado Federal, porque estamos votando e já está marcado para amanhã. Como o Relator aqui da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO —, trabalhei também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Claro.

**O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES** - Por isso, eu quero parabenizar V.Exa., o Presidente. Eu vou falar aqui, primeiro, da reclamação, porque tenho que o fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Só faço um pedido.

**O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES** - Não quero usar aqui de outros artifícios, exatamente, regimentais, para que nós pudéssemos postergar essa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Não foi esse o acerto.

**O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES** - Mas, na condição, nós poderíamos fazê-lo. Então, por isso, eu quero ainda fazer um apelo para o Sr. Relator no sentido do atendimento. Esses recursos alocados para essas duas estradas representam um valor, praticamente, insignificante em relação às duas BRs.



O Relator-Geral atendeu, na medida do possível, com 20 milhões para as duas BRs, o que representa muito pouco. Cada estrada dessas tem mais de 500 quilômetros no meu Estado. Então, com 20 milhões, praticamente, não se faz nada. Para a conclusão só dessa travessia urbana, ou seja, desse contorno viário, que não é um anel viário, é apenas uma alça, nós precisamos de 70 milhões para concluí-la.

Eu conversei com o Sr. Relator e pedi a S.Exa., primeiro, para fazer o remanejamento. Houve o equívoco meu ao pedir o remanejamento, eu pedi que fosse transferido da 005 para a 013. Então, eu quero fazer primeiro a inversão, ou seja, que esses 20 milhões sejam colocados de forma inversa, que seja alocado o recurso de 20 milhões da 174 para a 070.

Eu acho que isso é perfeitamente possível.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Apenas para prestar um esclarecimento ao Senador, que não acompanhou a sessão do dia de hoje. Inclusive acho que quem conversou comigo foi um assessor de V.Exa., aliás, foi o Deputado Milton Monti que veio, em seu nome, falar comigo no intervalo, quando estávamos tratando da matéria. O texto principal do relatório já foi votado e o adendo também. Então, o que V.Exa. está apresentando neste momento irá para o adendo que levaremos para ser apreciado na sessão do Congresso Nacional. E, sendo votado pelo Plenário do Congresso Nacional, ele será aprovado.

Agora, nós não teremos como alterar mais nada aqui nesta Comissão, porque é matéria vencida, é matéria votada. Portanto, o que V.Exa. está solicitando poderá ser incluído como uma modificação no adendo do adendo, que já foi lido aqui e que vai ao Plenário do Congresso para ser votado e aprovado.

**O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES** - É isso mesmo. E eu gostaria que fosse feito dessa forma, porque, na verdade, não foi erro do Relator, foi um erro meu ao pedir esse remanejamento. Foram atendidos os 20 milhões pelo Relator, estou pedindo que seja feito o remanejamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Já foi esclarecido pelo Relator. Agora eu espero da parte de V.Exa. os elogios, para que possamos votar.

**O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES** - De qualquer forma, eu quero registrar que essas duas emendas estão muito aquém da necessidade do Estado do Mato Grosso, mas não vou aqui criar óbice àquilo que já foi acordado na Comissão.





Quero elogiar o nosso Relator por ter atendido à solicitação de destinar recursos no ano que vem, nesse orçamento que estamos votando, para o Fundo de Compensação pela Exportação. Esses recursos são fundamentais para os Estados exportadores, principalmente para as *commodities* agrícolas, como é o caso do meu Estado.

Então, quando o Relator contempla o FEX — Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações com recursos de aproximadamente 1 bilhão e 930 milhões, isso também é uma forma de atender esses Estados produtores, em especial o meu Estado. Como eu disse aqui, se por um lado o nosso Estado é o maior exportador, por outro ele ou os Municípios receberão também esses recursos proporcionalmente.

Também quero elogiar o Relator em relação ao FDCO — Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. O Relator também o atendeu com recursos de aproximadamente 900 milhões. Esse é um recurso importantíssimo para o financiamento de investimentos privados para a Região Amazônica.

Como eu disse inicialmente, é quase impossível um Relator atender a todas as necessidades do Brasil. Mesmo registrando essa carência de recursos para a infraestrutura do Mato Grosso, eu quero aqui elogiar o trabalho do Relator e também, é claro, o do Presidente da Comissão, Arthur Lira, que sempre, aqui, com muita capacidade, com muita elegância, soube conduzir os trabalhos deste ano e, por isso, estamos chegando ao final com todo êxito.

Espero que, amanhã, como convocado pelo Presidente Renan, sejam votados finalmente a LDO e o Orçamento de 2017, cumprindo o trabalho desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Agradeço a V.Exa., Senador Wellington Fagundes.

Está encerrada essa fase das falas.

Passa-se à votação.

Peço um pouco de atenção, porque eu quero fazer o encaminhamento de votação da seguinte maneira: vou ler para as senhoras e senhores, membros da Comissão, Deputados e Senadores, os números dos destaques acolhidos,



favoráveis, que serão aprovados de uma vez, em bloco, bem como os parciais e os rejeitados. Assim economizaremos bastante tempo para o encaminhamento da votação.

Destaques que receberam parecer favorável, com votação em globo, por parte do Relator: Destaques nºs 53, 70, 196, 253 e 260.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Sr. Presidente, eu só queria apresentar destaque aos de números 215 e 235.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Os seus estão na sequência, no dos rejeitados.

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Sim, dos rejeitados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os destaques que tiveram parecer favorável.

Passa-se à votação dos que tiveram parecer de aprovação parcial.

São os de números 03, 13, 16, 48, 51, 52, 64, 85,168, 215, 220, 236, 237 e 249.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.



Na sequência, os demais destaques, todos rejeitados; e eu faço a ressalva ao Deputado Ademir Camilo, que deseja fazer uma votação em separado de dois destaques para constar na ata.

Passa-se à votação dos demais destaques que tiveram pareceres rejeitados na totalidade, à exceção dos dois citados pelo Deputado Ademir Camilo.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Tem a palavra o Deputado Ademir Camilo. S.Exa. dispõe de 3 minutos para fazer a defesa dos dois destaques. Em seguida, passaremos à votação.

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Serão menos de 3 minutos, Sr. Presidente.

Quero, primeiro, agradecer a V.Exa. e também ao Senador Eduardo Braga. S.Exa. teve não só a paciência mas o discernimento de acolher a grande maioria e nos atender da forma que lhe é peculiar. Não é só um elogio, mas a forma — tenho certeza — como S.Exa. trata com todos.

O Deputado Júnior Marreca, de certa forma, inviabilizou um pouco o meu discurso, porque uma das emendas destacadas é até, por dever de ofício, da nossa bancada, do nosso partido. S.Exa. nos disse aqui que o Maranhão, no seu todo, foi muito bem atendido.

Mas, de qualquer forma, sem fazer um registro indevidamente, pediu-se um pouco mais pelo Estado do Maranhão, pelo nosso Deputado Aluisio Mendes, que fez o destaque à Emenda nº 215; e a outra, do Estado do Tocantins, do Deputado Carlos Henrique Gaguim, do nosso partido, a Emenda nº 235.

A depender da conversa com o nosso Relator, podemos até retirar o destaque. Só queremos solicitar que o Relator nos dê as explicações em relação a esses 2 destaques de emenda de bancada, se houve ou não a tentativa, ou se há



outra possibilidade. Não havendo, e diante do nosso acordo, nós vamos aqui retirar essa possibilidade de fazer esses 2 destaques e encerrar de forma harmoniosa aqui os trabalhos da nossa Comissão.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer ao Deputado pelas palavras em relação ao esforço que todos nós fizemos aqui e dizer que, efetivamente, fizemos o máximo que podíamos. Ficaram absolutamente demonstradas, de forma muito transparente, tanto para o Maranhão, quanto para Tocantins, e para o próprio Deputado Gaguim — que encontrei, por acaso, quando eu caminhava do Senado para cá, e estava vibrando juntamente com o Senador Vicentinho Alves —, as conquistas que alcançamos neste Orçamento para o seu Estado.

Portanto, nós não temos mais, Deputado Ademir Camilo, nenhuma forma de suplantar aquilo que já fizemos. Assim, eu apelo a V.Exa., para sua compreensão, porque nós já fizemos o máximo daquilo que podíamos, respeitando a responsabilidade fiscal que assumimos nesta Comissão para atender os diversos pleitos dos Estados.

Agradeço a V.Exa. pelas palavras sobre o nosso trabalho.

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Eu vou retirá-los, então, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - O Deputado Ademir Camilo retira os dois destaques. Assim, está impossibilitada a votação.

Todos os outros destaques foram rejeitados, com aprovação unânime do Plenário desta Comissão.

Antes de fazer aqui os meus breves comentários de agradecimento, passo a palavra, com toda honra, ao maestro deste PLN e responsável pelo trabalho duro desempenhado, Senador Eduardo Braga, para que S.Exa. possa aproveitar o Plenário desta Comissão e tecer os seus comentários a respeito da aprovação por esta Comissão do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2017.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

**O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, primeiramente, quero agradecer;



agradecer a Deus sempre, porque sem Ele nada é possível; agradecer a parceria e o companheirismo do nosso Presidente, Deputado Arthur Lira.

Quando me foi dada a missão de fazer o trabalho de Relator do Orçamento, eu, sinceramente, Sr. Presidente, pensei que essa tarefa seria quase impossível de ser feita da forma que nós acabamos construindo. E, se ela foi construída dessa forma e se nós chegamos a esse fim harmonioso na Comissão, atendendo às diversas reivindicações, foi porque todos colaboraram muito. E eu não poderia deixar de destacar o papel do Deputado Daniel Vilela. S.Exa. teve um papel fundamental nesse processo, porque, em um novo momento orçamentário em que o Brasil vive, o parecer preliminar de receita tem um papel extraordinário.

Nós, por exemplo, tomamos uma decisão que muitos dos jornalistas, especialistas e setoristas não observaram. É que nós não usamos cem por cento do que o teto nos permitiria usar, porque nós não tínhamos garantia de que teríamos receita para fazê-lo. Abrimos mão de 5 bilhões de reais, que poderiam ser ampliados no teto do gasto, exatamente porque não encontramos segurança para, no relatório preliminar de receita, absorver mais 5 bilhões de reais na receita orçamentária de 2017.

Isso por si só, Deputadas, Deputados, Senadoras, Senadores, demonstra a seriedade e a responsabilidade com que o Congresso Nacional encarou esta que é a primeira ação efetiva do plano de ajuste fiscal que a economia do Governo Temer está apresentando para o País. Até porque a PEC 55 teve concluída a sua votação no dia de ontem. No entanto, Senador Wellington Fagundes, nós começamos com a LDO, um trabalho que V.Exa. fez também de forma brilhante. E eu quero aqui, ao contrário de criticar o trabalho da LDO, elogiar o trabalho que V.Exa. fez àquela altura, uma LDO que trouxe algumas conquistas importantes e que nos possibilitaram efetivamente aplicar, neste novo Orçamento, por exemplo, a segunda emenda impositiva de bancada. Desde lá, nós começamos um esforço neste Congresso que muitos acreditavam que não seria possível, o esforço de fazer um Orçamento o mais realista possível.

Aprovamos um plano de receita preliminar, como eu disse, com o pé no chão. Esse plano possibilitou que nós apresentássemos um relatório preliminar que, em



vários momentos, alguns acharam que era demasiado abrir ao Relator-Geral a possibilidade de ele poder agir em tantas frentes das políticas públicas nacionais.

Hoje, após a votação do relatório, eu creio que não restou dúvida aos Srs. Parlamentares de que fizemos o certo. Por quê? Porque usamos aquele instrumento de forma transparente para fortalecer políticas públicas, e políticas públicas importantes para o País, políticas públicas que estão no topo da agenda da prioridade do povo.

Cito, por exemplo, a situação da saúde. A saúde não é apenas a alta e a média complexidade para fazermos cirurgias robóticas de próstata; ao contrário, nós estamos falando de ter acesso à penicilina em nossas UBSs para combater a sífilis. Nós estamos falando de fazer diagnósticos precoces de hanseníase para evitar mutilações definitivas. Não sei quantos dos senhores já tiveram oportunidade de conviver de perto com essa comunidade; eu tive, como Governador.

E tive a alegria e a felicidade de, no meu primeiro dia de Governo, começar trabalhando no meio dos hansenianos e terminar o meu último dia de Governo entregando obras e atendendo a programas sociais entre os hansenianos. Eles são pessoas absolutamente excluídas da sociedade e absolutamente excluídas das políticas públicas. Essas são as famosas doenças negligenciadas neste País — e elas não são as que os ricos contraem —, as doenças negligenciadas neste País são aquelas que os pobres, que os amazônidas e os nordestinos do interior do sertão contraem, não aquelas que são contraídas na Avenida Paulista, com todo respeito aos paulistanos, nem na Praia de Copacabana, com todo respeito aos cariocas.

Pois este Congresso teve coragem de abrir mão de alguns recursos para determinadas áreas do topo da pirâmide para atender a políticas públicas sociais. E fizemos isso sem movimentos panfletários; fizemos isso com trabalho duro, árduo. Eu conversei com quase todos os Deputados e com quase todos os Senadores desta Casa. Por isso, foi fácil chegar a um entendimento e a um consenso ao final. Muitas vezes, tive que dizer “não”, porque é melhor dizer “não” do que prometer e não cumprir; é melhor dizer “não” do que prometer e, quando se vai apresentar o relatório, lá não está representado e espelhado aquilo que foi conversado com o seu companheiro Parlamentar.



Portanto, conseguimos construir um relatório fruto desses novos fundamentos que nós esperamos que o Brasil esteja construindo no seio do seu Congresso, que é a representatividade da nossa sociedade, tão questionado, tão vilipendiado e tão maltratado, muitas vezes, por aqueles que tentam formar a opinião pública. Mas o que aconteceu hoje aqui, nesta Comissão de Orçamento...

Eu, Sr. Presidente, fui Deputado Federal em 1991 e fui membro desta Comissão. Tinha feito uma promessa desde então de não fazer parte mais da Comissão de Orçamento. Olhem, foram muitos anos, 1991. Em 2016, quis o destino que eu retornasse à Comissão de Orçamento e na condição de Relator-Geral. E posso aqui dar um testemunho: o quanto mudou, e mudou para melhor, a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, nesses anos que se passaram entre 1991 e 2016.

Portanto, é na prática, é no exercício dessa democracia de construção de políticas públicas diferentes, transparentes e autênticas que nós corrigimos nossos erros. Na democracia, é errando que se aprende e é tendo a humildade de reconhecer os erros que nós podemos corrigir rumos.

E esta Comissão corrigiu rumos, esta Comissão mudou procedimentos. Nesta Legislatura, no ano em que participo da Comissão, quero dar esse testemunho público, no momento em que poucos falam com tanta transparência e com tanta clareza das mudanças comportamentais que estão acontecendo. Defeitos temos, problemas ainda temos muitos, mas nós conseguimos avançar muito neste relatório e avançar em questões que também não são apenas de políticas públicas, mas de políticas econômicas. Graças às emendas impositivas e às emendas parlamentares de bancada e de Comissão, a capacidade de investimento do Orçamento da União aumentou de 37 bilhões para 57 bilhões.

Portanto, graças à representação republicana desta Casa, nós quase dobramos a capacidade de investimento do Orçamento Público do ano de 2017. Isso é pouco? É, mas essa é uma mudança de comportamento. Essa é uma mudança de cultura dentro do Congresso Nacional.

Por isso e por todos os outros temas já abordados por tantos — não quero aqui me alongar —, valeu muito a pena eu ter aceito o desafio que o Líder da minha bancada no Senado estabeleceu para mim. Hesitei tanto, mas hoje sou muito grato



pela oportunidade que S.Exa., Deus e os companheiros me deram de participar deste trabalho.

Por fim, quero agradecer aos jovens e às jovens tanto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios — TJDFDT quanto do MPU, que, de forma democrática, educada, gentil, cortês, mas ao mesmo tempo determinada, persistente, resistente, lutaram tanto pela construção dos seus sonhos.

Se não fizemos mais, foi porque era absolutamente impossível diante do realismo fiscal e orçamentário que estamos vivendo, mas atendemos. Eu tenho certeza de que, no ano que vem, o Brasil haverá de avançar mais, de aprender mais com seus acertos e erros. Assim, o Brasil, finalmente, vai estabelecendo uma política orçamentária que represente uma política fiscal, que assegure àqueles que têm dúvida de que o Brasil não é apenas o País do futuro, mas o País do presente e que investir aqui é uma excepcional oportunidade para aqueles que querem realizar, fazer mais, gerando emprego e renda para o nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente Arthur Lira. Muito obrigado, companheiros Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras, que nos ajudaram a construir essa peça orçamentária, a meu ver, tão importante para a Nação brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, ao encerrar, quero agradecer aos companheiros desta Casa, ao Aritan, à Ana Cláudia, ao Thiago, ao Maurício, ao Túlio, à Ana Alice e a todo pessoal das Consultorias da Câmara dos Deputados e do Senado. Sem eles, que trabalharam comigo aqui noite afora, sábado, domingo e feriado, não teria sido possível quebrar um recorde e apresentar o relatório-geral da forma que conseguimos apresentar, tendo aprovado os nossos relatórios-setoriais, como aprovamos na semana passada, se não me engano, na quinta-feira. No domingo, já quase meia-noite, entregamos o relatório-geral à Comissão de Orçamento.

Portanto, os meus agradecimentos e a minha gratidão eterna a esses companheiros. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Antes de encerrar a sessão de hoje, quero fazer breves comentários, mas sem sombra de dúvida honrosos a esta Comissão, que é composta de Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas do mais alto quilate, da maior responsabilidade, Senador Eduardo Braga.





Cheguei ao Congresso em 2011. Participei, em meu primeiro ano, não como membro desta Comissão, mas como Coordenador da bancada do meu partido, e vim de uma experiência fantástica, do ano passado, que foi ser Presidente da CCJ desta Casa, a principal Comissão. Na sequência, tive a honra de participar do processo de eleição direta desta Comissão, num acordo de partidos, como sempre busquei nesta Presidência. Tive a honra de contar com o apoio dos partidos da Câmara e do Senado para a minha eleição a Presidente, aceita e sufragada por todos os Senadores e Deputados.

Nós terminamos o ano e procurei o histórico da Comissão. Sem nenhum demérito ao trabalho de outros anos, Deputado Geraldo Resende, mas a qualidade, a tranquilidade, a seriedade e o comprometimento de Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras no trâmite das matérias, sejam elas PLNs, projetos de lei, medidas provisórias, LDO, relatórios preliminares e a nossa principal peça, a peça orçamentária para o ano de 2017, no encaminhamento da Comissão, sempre houve muito respeito, muita tranquilidade e muito discernimento em relação ao que o Brasil precisa para se desenvolver neste momento. O Orçamento não é da Câmara dos Deputados, não é do Senado Federal, mas é do Brasil, dos brasileiros.

Senador Eduardo Braga, eu não o conhecia na intimidade. A sua vida como Governador do Estado do Amazonas, Parlamentar desta Casa, Líder do Governo no Senado, Ministro das Minas e Energia, a sua biografia é clara, mas o nosso convívio foi estreitado e, como o foi com o Senador Wellington Fagundes, quando relatou a LDO, primoroso, respeitoso, cordial e, acima de tudo, o dever foi cumprido. Como S.Exa. bem disse: *“Assumir os compromissos quando pode e honrá-los na sua totalidade”*. Esse foi o lema desta Presidência, desta Relatoria e de todas as Relatorias de todos os projetos que foram votados ao longo do ano nesta Comissão.

Sinto-me muito honrado e orgulhoso por ter compartilhado com todos os senhores e senhoras o tempo de trabalho na Comissão este ano.

Agradeço pelos trabalhos prestados a esta Comissão, durante este exercício, à coordenação de áudio visual, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, à Taquigrafia, às Consultorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Assessorias técnicas do mais alto calibre, da maior competência. Não tenho dúvida e tenho orgulho de dizer que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal contam



com técnicos da melhor qualidade para dar assessoramento sobre qualquer matéria, qualquer assunto que esta Casa, o Senado ou o Congresso como um todo queiram debater e discutir. Eu faço questão de frisar isso, porque onde trabalhamos, por onde andamos, temos sempre o auxílio do competente esforço da classe dos técnicos tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal.

Agradeço às copeiras, aos garçons que nos servem sempre com muita presteza e alegria, nesta Comissão. Agradeço aos jornalistas que diuturnamente cobrem o nosso trabalho aqui e podem dar o testemunho do que foi a Comissão este ano, comparando-a aos outros anos.

Além de agradecer a todos os que contribuíram com bom êxito para o fechamento dos trabalhos desta Comissão, quero dizer que nós fechamos com chave de ouro o nosso principal projeto. Ainda temos, se V.Exas. quiserem, mais um PLN e uma medida provisória, talvez, para amanhã ou para a semana que vem ou para fevereiro. V.Exas. é que decidem.

De maneira bem fraterna, agradeço a todos, ao Senador Wellington Fagundes e ao meu companheiro Sergio Souza, que, em determinado momento, travamos uma disputa cívica, amigável, por esta Presidência, mas nós terminamos o ano sempre pautados na paz da convivência.

Enfim, quero saudar a todos mais uma vez e dizer ao Senador Eduardo Braga, a todos os Senadores e Deputados meu muito obrigado pela compreensão, pela paciência com esta Presidência. Nós fizemos aqui nesta Comissão um excelente trabalho.

Muito obrigado a todos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente Arthur!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Deputado Sergio Souza, antes de encerrar a reunião.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, queria fazer uma referência a V.Exa., que conduziu de forma diferenciada esta Comissão. Eu já fui membro desta Comissão em outro momento, quando estava lá no Senado junto com o Senador Eduardo. Esta é a terceira vez que passo pela CMO. Destaco a forma como nós sempre conseguimos fazer as votações, atendendo não só aos pleitos dos Parlamentares, em primeiro lugar, mas também aos do Governo.



Nós tivemos no início uma disputa interna, mas fico muito feliz por V.Exa. ser o Presidente e ter tido uma maneira diferenciada na atuação desta Comissão, o que V.Exa. já fez na CCJ no ano anterior.

Mais uma vez, quero parabenizar o Senador Eduardo Braga. Não tenho nenhuma dúvida, Senador, de que todos nós aqui saímos contentes com sua atuação na Relatoria deste projeto lei, que é a Lei Orçamentária Anual para 2017.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arthur Lira) - Obrigado, Deputado Sergio Souza.

Não podemos esquecer, Senador Eduardo Braga, de parabenizar os nossos lutadores e, se Deus quiser, futuros membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ou do Tribunal do Distrito Federal. Parabenizo vocês pela obstinação e pela luta, com muito respeito. (*Palmas.*)

Como disse o Senador Eduardo Braga, com todo o respeito com que se portaram, com a determinação que tiveram, vocês conquistaram a simpatia de toda a Comissão e, ao final, conseguiram, na medida possível, ter o pleito atendido. E vocês sabem que foi extremamente impossível atender mais, o Senador ainda fez mais um atendimento no dia de hoje. Parabenizo todos e desejo que sejam muito felizes no ano que se aproxima.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.